



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO
TELEJORNALISMO BRASILEIRO**

CÍNTIA GONÇALVES ALBUQUERQUE

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO
TELEJORNALISMO BRASILEIRO**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

CÍNTIA GONÇALVES ALBUQUERQUE

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

RIO DE JANEIRO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A representação do negro no telejornalismo brasileiro**, elaborada por Cíntia Gonçalves Albuquerque.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Ciência da Literatura pela Faculdade de Letras - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação -. UFRJ

Prof. Dr. Mohammed ElHajji
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Cíntia.

A representação do negro no telejornalismo brasileiro. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sueli e César, que desde cedo me incentivaram a estudar, ofereceram apoio nos momentos difíceis que passei e foram fundamentais para a conquista desta etapa na minha vida.

À minha irmã Bianca e à minha prima Caroline, que sempre acreditaram na minha capacidade e me ensinaram a confiar mais em mim.

Ao Colégio Pedro II, por ter me ensinado sobre cidadania, e às amigas que fiz durante o ensino médio, pelo amor, carinho e companhia que não acabaram após os diferentes caminhos traçados: Bruna, Carol, Maria, Tainá e Pâmela.

Às amigas que fiz ao longo desses quatro anos de faculdade, em especial Clara, Gabriela e Julia, por terem feito a jornada difícil na UFRJ ser bem mais leve e prazerosa.

Ao meu orientador, Muniz Sodré, pelas excelentes contribuições literárias que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À minha coorientadora Zilda Martins, que me ofereceu o seu tempo, o cuidado, o afeto, os seus livros e conhecimentos, tornando-se um grande presente que a Escola de Comunicação me deu este ano.

ALBUQUERQUE, Cíntia. **A representação do negro no telejornalismo brasileiro.**
Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em
Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho demonstra o modo como o telejornalismo brasileiro corrobora com o racismo por meio da representação dos afrodescendentes nos noticiários. Começa com a análise da construção do lugar destinado aos africanos e afrodescendentes diante do contexto hegemônico branco, passando por um breve histórico da chegada dos africanos ao país e pela elaboração da crença na democracia racial. Logo após, o tema central entra em questão por meio da invisibilidade sofrida pelos afro-brasileiros na mídia, as representações estereotipadas nos telejornais e a naturalização da violência contra os afrodescendentes. Por fim, o estudo analisa o surgimento do telejornalismo no Brasil, a estrutura e importância da TV e dos telejornais, a escassa presença de profissionais negros nesse gênero televisivo e, para exemplificar o racismo contra jornalistas afro-brasileiros, o episódio dos ataques virtuais racistas contra Maria Júlia Coutinho é destacado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. POPULAÇÃO NEGRA NO CONTEXTO HEGEMÔNICO BRASILEIRO	6
2.1. Conceito de hegemonia.....	6
2.2. Breve histórico da chegada dos africanos ao Brasil	8
2.3. Construção da crença na democracia racial brasileira	13
3. REPRESENTAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO	19
3.1. Invisibilização na mídia.....	19
3.2. População negra em contextos estereotipados.....	24
3.3. Violência institucional	30
4. TELEJORNALISMO BRASILEIRO	36
4.1. Breve histórico do telejornalismo no Brasil	36
4.2. Análise da televisão e dos telejornais	41
4.3. Inserção de jornalistas negros na televisão	42
4.4. Maju: vítima de ataques racistas na internet	48
5. CONCLUSÃO.....	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

No telejornalismo brasileiro, pouco ou nada se vê sobre a representação dos negros nos noticiários. Exceto por reportagens acerca de criminalidade ou pobreza, os afrodescendentes são simbolicamente silenciados nesse meio, apesar de constituírem a maior parte dos indivíduos no Brasil. Tal realidade fere a autoestima dos afro-brasileiros que sofreram – e continuam sofrendo – com a estrutura racista sobre a qual foi formada o país, ao passo que reafirma uma suposta superioridade da população branca.

A questão principal deste trabalho é saber porque os afro-brasileiros não são representados nos telejornais brasileiros, e, quando aparecem, normalmente, a pauta é baseada no estereótipo de negro pobre ou que superou a pobreza, ou ainda na imagem do negro criminoso. Onde estão os especialistas afrodescendentes, que não são consultados em reportagens? Também será analisada a não representação, ou seja, a invisibilidade da população negra fora desses contextos.

Diante dessa questão, a pesquisa visa a reconhecer no telejornalismo um meio de informação ainda racista, prejudicando a identificação dos afrodescendentes com os noticiários e impossibilitando a implementação de uma democracia racial, de fato, no país. Assim, o objetivo do trabalho é observar em quais momentos os telejornais reforçam o racismo e como combatê-lo através desses meios.

A hipótese do trabalho é de que existe um esforço na perpetuação do racismo no Brasil conduzido pelos telejornais, seja por meio de estereótipos nas reportagens, invisibilização nas histórias comuns dos noticiários ou escassez de jornalistas negros como apresentadores e repórteres na televisão. E, além disso, outro ponto abordado é a recusa desses meios em falar sobre o assunto, com o intuito de esconder o preconceito contra a população negra, já que a crença na democracia racial ainda não foi totalmente extinta do imaginário popular.

Antes de entrar no foco da pesquisa, será abordada a construção da sociedade brasileira, principalmente o lugar do afrodescendente existente no imaginário da população branca. Para isso, o conceito de hegemonia, formulado por Gramsci a partir de 1924, será o pontapé inicial do trabalho. A hegemonia pode ser compreendida como o domínio de uma classe sobre outra por meio do consenso, tornando-se não só dominante como também dirigente.

O autor italiano também analisa o surgimento da sociedade civil, formada pelos aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, escolas, Igreja, sindicatos, que dão

sustentação para a manutenção da ordem do Estado burguês. Nesse sentido, a classe hegemônica consegue impor os seus valores e ideais sobre a classe dominada. Dessa forma, os meios de comunicação revelam-se como importantes disseminadores da ideologia oficial. Por outro lado, também existe a possibilidade de contra-hegemonia como, por exemplo, a mídia alternativa que se mostra como uma forma de luta pela cultura.

Ainda no primeiro capítulo, outro recorte a ser destacado é a chegada dos africanos ao Brasil durante o período colonial. Vindos de diferentes regiões da África, eles ajudaram a construir a sociedade brasileira, a maioria por meio de posições subalternas e desumanas. Os africanos trabalharam em canaviais, cafezais, minas, casas de senhores, entre outros, demonstrando que a eles foram impostos diferentes ofícios pelo sistema escravagista. Nesse período, o povo africano no país não passava de mercadoria e, por isso, sofria os mais diversos tipos de tortura, desde açoite a mutilações, passando, também, por assassinatos. Mas a opressão não impediu os escravizados de resistirem através de fuga para quilombos, rebeliões e homicídios contra os senhores.

Após a abolição da escravatura, os africanos e afrodescendentes continuaram não sendo considerados integrantes da sociedade brasileira. Eles eram (e ainda são) os outros. Assim, a maioria conseguia emprego apenas em cargos financeiramente inferiores, pois a cor estampada na pele geralmente impedia a ascensão social. Além disso, o padrão europeu estipulado ao Brasil também tentava reprimir as manifestações de cultura africana. Dessa forma, aconteceram diferentes tentativas de apagamento da população negra.

A terceira parte do primeiro capítulo irá configurar a construção da crença na democracia racial brasileira. Não apenas no país como também no exterior acreditava-se que o Brasil não oferecia qualquer tipo de barreira para a ascensão dos afrodescendentes. Na verdade, o país era visto como um paraíso racial, onde a igualdade de raças predominava. Essa ideia era passada principalmente porque o Brasil é altamente miscigenado, porém, como se sabe, projetos imigracionistas ocorreram com o objetivo de apagar totalmente a população negra. Diante de evidências da impossibilidade de uma raça única¹, a sociedade passou a celebrar a miscigenação como marca da identidade

¹ Segundo a definição biológica, existe apenas uma raça – a humana –, já que a ciência não descobriu diferenças significativas no material genético entre brancos e negros, por exemplo. Porém, o conceito sociológico do termo trabalha com a existência de um número variável de raças, baseando-se principalmente em aspectos culturais e étnicos.

nacional. Por outro lado, a mistura de raças não deu lugar à igualdade, já que a cor branca continuou exercendo a sua hegemonia.

O segundo capítulo abordará o tema central do trabalho: a representação do afrodescendente no telejornalismo brasileiro. Inicialmente será feita uma análise sobre a invisibilização da população negra na mídia, com o apoio principalmente de pesquisas feitas pelo jornalista Rogério Ferro. Em seus estudos, o autor investiga como é feita a escolha de personagens para protagonista de uma determinada reportagem, considerando candidatos negros e brancos. A primeira reportagem analisada é sobre o sedentarismo na infância. Além disso, Ferro vai trabalhar com o tema da saúde de idosos no “Fantástico”, procurando compreender qual é a porcentagem de participação dos afrodescendentes na matéria do programa.

Ainda será analisado como a falta de personagens afrodescendente nos noticiários dificulta a identificação da população negra na televisão. Sobre essa realidade, os estudos de Joel Zito de Araújo serão amplamente utilizados. Como será abordado pelo autor, a invisibilidade dos afro-brasileiros acontece devido ao reflexo da vontade de embranquecer a população, então utiliza-se a imagem branca em exaustão na TV, tornando-se natural ver majoritariamente pessoas de pele clara.

Enquanto isso, a visibilidade da população negra aparece, basicamente, em temas que envolvem pessoas criminosas, pobres ou que superaram a pobreza. Nesse sentido, a mídia, que tem alto potencial democrático, não utiliza o seu poder de influência para quebrar os estereótipos, mas para reforçá-los. Os autores Pierre Bourdieu e João Freire dialogarão sobre essa questão e irão constatar que a televisão auxilia na manutenção da desigualdade, já que, além de não debater sobre assuntos essenciais como o racismo, ela apenas repete a ideologia oficial, que não traz consigo nenhuma transformação satisfatória para as minorias. A força do estereótipo é tão grande que pode chegar até mesmo aos afrodescendentes, como apontará Muniz Sodré, resultando numa interiorização da imagem negativa da população negra.

No subcapítulo sobre estereótipos também será analisado um episódio do programa “Ver Debate”, da TV Brasil, cujo assunto foi a representação da população negra na TV. Os comentários dos participantes sobre a temática reforçarão como a televisão revela-se conivente com a reprodução do racismo, reduzindo o afro-brasileiro a pobre ou criminoso, como se o destino dele já estivesse preestabelecido e sem chance de mudança. Além disso, reportagens do “Jornal Hoje”, da Rede Globo, e do “Diário TV”, da TV Diário, cujo conteúdo é a superação da pobreza feita por pessoas negras serão

analisadas, investigando o modo como a televisão esvazia o sujeito negro para dar lugar ao sujeito fictício, dramatizando-o.

Para completar a última parte do segundo capítulo, a questão principal irá girar em torno da violência contra a população negra mostrada na mídia. Para tal assunto, vai ser apresentado o Mapa da Violência de 2016, ressaltando o percentual de mais de 70% de homicídios de afrodescendentes com armas de fogo. Será abordada, também, a naturalização do extermínio contra os afro-brasileiros, analisando a insensibilidade por parte da mídia na cobertura das mortes dos afrodescendentes. Além disso, será feita uma breve comparação entre os Estados Unidos e o Brasil sobre essa temática.

Por fim, o último capítulo tratará do telejornalismo brasileiro. Será feito, primeiramente, um breve histórico acerca desses meios de informação no Brasil, investigando o surgimento dos telejornais, o nível de qualidade e como os apresentadores lidavam com as câmeras. O trabalho mostrará como eram os noticiários, transmitidos quase sempre no estúdio e com pouca utilização de imagens. Trará, ainda, as mudanças que ocorreram no início da década de 60, por meio de telejornais mais dinâmicos, com maior uso de ilustrações e jornalistas como apresentadores.

O capítulo abordará também as mudanças no final da década de 60, com destaque para o fim do “Repórter Esso” e a criação do “Jornal Nacional”. Durante o período de maior censura no país, o “Jornal Nacional” foi considerado superficial na reprodução dos noticiários e, muitas vezes, afastou-se da realidade brasileira. No final da década de 70, a imprensa começou a ter mais liberdade e o início dos anos 80 foi marcado pela criação de novas emissoras, como o Sistema Brasileiro de Televisões (SBT) e a Rede Manchete. Com Boris Casoy apresentando o “Telejornal Brasil” no SBT, reconquistou-se a importância de ter um jornalista como apresentador, fato que daria mais credibilidade aos noticiários.

Logo após haverá uma análise dos telejornais e da televisão, destacando a importância da TV na modernidade, a nova competição entre ela e outros meios e o modo de fazer telejornalismo. Se antes acreditava-se que o público era completamente passivo diante dos noticiários, hoje constata-se que cada espectador analisará o conteúdo de acordo com o contexto cognitivo e sociocultural no qual está inserido. Será importante ressaltar, também, que o telejornal não reproduz a realidade, pois realiza uma produção dela.

Em seguida, aprofundando o tema central do capítulo, será feita uma abordagem sobre a inserção de jornalistas negros na TV. O subcapítulo se baseará principalmente em

pesquisas feitas por autores que escreveram artigos para a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), como Claudia Acevedo e Luiz Trindade, que constataram a presença de apenas 6,15% de jornalistas afro-brasileiros nos telejornais. Além disso, um recorte de profissionais negros de maiores destaques na TV também será feito, com posterior análise para a Maria Júlia Coutinho, que representará o último subcapítulo.

A “garota do tempo” do “Jornal Nacional” passou a ser protagonizada pela Maju Coutinho em abril de 2015. Com um jeito mais informal, diferentemente da maioria dos profissionais dos telejornais, Maria Júlia se tornou a primeira jornalista negra a ser encarregada da previsão do tempo na Rede Globo. Porém, no dia 2 de julho de 2015, ela sofreu ataques virtuais racistas por meio da página do “Jornal Nacional” no Facebook. Logo em seguida, uma campanha de apoio intitulada “Somos todos Maju” foi promovida pelo JN, porém, pode-se afirmar que nem todos são Maju. Nem todos precisam lidar com o racismo diariamente e resistir enquanto são reprimidos. Ainda que a campanha tenha vindo da própria emissora, será necessário avaliar até que ponto o telejornalismo auxilia na propagação da ideologia racista.

2. POPULAÇÃO NEGRA NO CONTEXTO HEGEMÔNICO BRASILEIRO

Este capítulo analisará a construção do lugar destinado aos africanos e afrodescendentes no Brasil diante do contexto hegemônico branco. Primeiramente será feita uma abordagem sobre o conceito de hegemonia, criado por Gramsci e, logo após, um breve histórico da chegada dos africanos ao país, analisando principalmente a situação deles durante o período de escravidão e o momento pós-abolição. Por fim, a crença no mito da democracia racial brasileira representará o último subcapítulo, com destaque para os motivos que fizeram essa tese ser instaurada na sociedade brasileira.

2.1. Conceito de hegemonia

A palavra hegemonia, de acordo com o dicionário escolar da língua portuguesa, significa “preponderância política; superioridade; domínio.” (1973). Segundo Nelson Coutinho (2003), Gramsci começa a formular o conceito de hegemonia a partir de 1924. Esse é o ano em que o pensador italiano analisa a existência de “uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do ‘Ocidente’ e do ‘Oriente’” (COUTINHO: 2003; 64). Na Europa Ocidental e Oriental, o capitalismo propiciou o surgimento de uma aristocracia operária que dificultou uma ação mais imediata das massas como ocorreu na Rússia. Por outro lado, segundo Gramsci (apud COUTINHO: 2003), isso também exigiu que “[...] o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques [...] entre março e novembro de 1917” (GRAMSCI apud COUTINHO: 2003; 64). É nessa estratégia que a hegemonia surge como questão central, pois encontra-se a necessidade de fazer alianças de classe.

Para Gramsci (apud COUTINHO: 2003), o proletariado deve ter domínio sobre a produção econômica e dirigir política e culturalmente os grupos que são contra o capitalismo. Afirma que isso só é possível se o proletariado conhecer profundamente o país onde reside e “dominar os mecanismos da reprodução global da formação econômico-social que pretende transformar” (COUTINHO: 2003; 65).

Além disso, Gramsci (apud COUTINHO: 2003) acredita que o proletariado tem condição de conquistar a hegemonia caso se liberte do pensamento corporativista e aprenda a reivindicar para todas as camadas trabalhadoras. Nesse sentido, conclui-se que a hegemonia é conquistada quando uma classe se torna classe nacional, ou seja,

transforma-se em dominante e também dirigente, pois a partir daí ela já obtém o consenso da maioria. Coutinho (2003) aponta que o poder proletário deve agir por meio do consenso da população trabalhadora e não por coerção.

Uma característica básica do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado (COUTINHO: 2003; 225).

Em seus estudos, Gramsci (apud COUTINHO: 2003) analisa o final do século XIX e vê uma nova esfera social surgir: a sociedade civil, que nasceu a partir do capitalismo na época de socialização da participação política. O autor Eduardo Coutinho explica: “É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, Igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais [...] – que se legitima (ou se contesta) a dominação” (COUTINHO: 2014; 17). Dessa forma, é a nova esfera social quem cria e dissemina ideologias.

Analisando a questão da dominação, Gramsci (apud COUTINHO: 2014) concluiu que, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, ocorre a transformação do grupo dominante em dirigente e, portanto, dissemina-se a sua hegemonia. Dessa forma, a sociedade civil dá suporte ao poder do Estado burguês no âmbito político e econômico. Logo, para que as classes subalternas consigam o poder, torna-se necessário que os seus pensamentos sejam divulgados e assimilados. Porém, isso será possível apenas quando houver uma luta pela cultura na sociedade civil que está dominada pela burguesia.

Paralelo ao conceito de hegemonia, Gramsci também fala sobre a crise da hegemonia. Segundo o autor (apud COUTINHO: 2003), essa crise acontece quando a classe dominante deixa de ser dirigente, utilizando-se da coerção. É nesse momento que a ideologia tradicional se separa das massas, ocasionando uma mudança no antigo modo de pensar e agir da maioria da população. Diante dessa situação, diferentes consequências podem acontecer: por meio apenas da coerção, a classe dominante pode continuar no poder; pode obter a hegemonia novamente por meio de estratégias ou as classes dominadas podem se tornar dirigentes e, talvez posteriormente, dominantes.

O pensamento de Gramsci acerca do conceito de hegemonia inspirou outros autores a trabalharem com o assunto. Eduardo Coutinho, por exemplo, analisa o modo como a hegemonia é formulada e conclui que ela representa um “processo pelo qual uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e moral sobre as demais

classes, reproduzindo ativamente os valores, as ideias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade” (COUTINHO: 2005; 95). Nesse contexto, Coutinho (2014) considera os meios de informação como importantes atores diante da ideologia dominante cujo objetivo é a conquista da hegemonia.

Para Eduardo Coutinho, a luta pela hegemonia é “uma luta pela articulação de valores e significações que concorrem para a direção político ideológica dos indivíduos” (COUTINHO: 2014; 41). Segundo o autor, essa batalha passa pelo âmbito da cultura, mais precisamente a linguagem. Coutinho acredita que a classe dirigente tenta constantemente despolitizar os dominados ao mesmo tempo em que se apropria de itens do vocabulário popular, retirando-os do sentido inicial e inserindo-os como integrantes da cultura dominante.

Essa situação é mais facilmente perceptível quando a mídia tradicional assimila alguma fala popular e, posteriormente, decide utilizá-la com outro sentido. Eduardo Coutinho (2014) cita o exemplo da música “Pra não dizer que não falei das flores” (1968), que se tornou um marco musical, de cunho esquerdista, diante do cenário da ditadura militar de 1964. Décadas depois, o narrador Galvão Bueno utilizou dois versos da música para se referir a um jogo de futebol da Seleção Brasileira.

Por outro lado, Coutinho (2014) enxerga a comunicação popular, desde mídia alternativa até conversas informais de bares, como forma de contra-hegemonia. Apesar de não ter a mesma força que a mídia tradicional, esse modo de comunicação surge como modo de luta pela cultura, forma de expressão diferente da estabelecida pelas classes dominantes.

Nesse sentido, Mohammed ElHajji destaca que “as variadas formas de luta pela hegemonia, contra-hegemonia, consenso e consentimento, encontram nos textos da mídia o espaço ideal para revelar a complexidade do tecido social contemporâneo” (ELHAJJI: 2011; 7). Dessa forma, o discurso midiático revela-se como uma importante ferramenta na manutenção da ideologia dominante, pois é a partir dele que ocorre uma das formas de estabelecer o consenso entre a população.

2.2. Breve histórico da chegada dos africanos ao Brasil

A deportação de africanos para o Brasil durou mais de 300 anos e, por isso, como lembra Muniz Sodré, “a população brasileira [...] formou-se ao longo dos séculos por

africanos escravizados aos milhões, provenientes de uma grande diversidade de portos ao longo da costa africana” (SODRÉ: 2015; 188). O autor analisa que essa conexão entre os litorais brasileiro e africano possibilitou o surgimento das elites e das plebes litorâneas.

Segundo Valter França (2006), foi na metade do século XVI que grande quantidade de africanos chegou ao Brasil. Sodré (2015) observa que, até o século XVII, os grupos chegavam, em sua maioria, da África Subequatorial com os ambundo e os bacongo na Bahia e os ovimbundo em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém, na metade do século XVIII, o tráfico passou a dar prioridade para a África Superequatorial e maioria dos africanos escravizados eram da Nigéria e da antiga Daomé, conhecidos como nagôs, iorubás ou sudaneses. “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa.” (FREYRE: 2003; 35).

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África "donas de casa" para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos. (FREYRE: 2003; 203).

Segundo Sodré (2015), os europeus se atraíram principalmente pelos nagôs porque eles eram disciplinados e tinham conhecimentos que os colonizadores prezavam, como experiência em urbanização, em formação estatal, habilidade para o comércio e técnicas metalúrgicas. O autor ainda analisa que os iorubás continuaram ligados às suas origens devido ao intenso comércio estabelecido entre a Bahia e a Costa africana.

Embora o tráfico tenha sido intenso, isso não significou a aceitação por parte dos escravizados. França (2006) observa que, apesar das diferenças entre os grupos étnicos escravizados, os africanos logo organizaram as formas de resistências. Segundo o autor, existiam diversas formas de organização, duas das opções eram o homicídio dos senhores de escravos e a fuga para os quilombos.

O mais importante deles foi o [quilombo] de Palmares, em Alagoas e sul de Pernambuco – chegou a abrigar 20 mil escravos. Liderados por Ganga Zumba e depois por seu sobrinho Zumbi, os negros resistiram por quase um século (de 1600 a 1695). O quilombo foi arrasado por Domingos Jorge Velho – especialista em massacre de escravos em 1695. Zumbi só foi capturado um ano depois. Teve sua cabeça cortada e exposta em praça pública, em Olinda. Na época, o governador disse que o fato servia para “satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros” (FRANÇA: 2006; 7).

Uma das rebeliões mais emblemáticas durante esse período foi a Revolta dos Malês, que ocorreu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835 em Salvador. Cerca de 600 africanos de diferentes origens organizaram o levante com o objetivo de libertar os escravizados e instaurar uma nova ordem social. A maioria dos escravos urbanos em Salvador era formada pelos muçulmanos, chamados de malês, e, devido ao trabalho que possuíam, eles tinham intenso contato com outros africanos escravizados e libertos, por isso conseguiram organizar um movimento que deveria alcançar o Recôncavo baiano – e, possivelmente, outros estados do Nordeste. Entretanto, o governo recebeu uma denúncia sobre a rebelião e iniciou forte repressão, mas isso não impediu que os revoltosos continuassem com o movimento. Após poucas horas, diversos escravos morreram, foram presos ou deportados para a África. A Revolta dos Malês foi divulgada no Brasil e no exterior, resultando num debate sobre o sistema escravagista². Nessa época, 42% das pessoas em Salvador eram escravas³. Como diria Iolanda Oliveira: “A opressão acontece paralela à resistência” (OLIVEIRA: 2016)⁴.

Após as criações das leis antiescravagistas e, principalmente, com a abolição da escravatura a partir do decreto da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, os ex-escravizados foram largados à própria sorte. Joel Rufino (1984) indica que as pessoas não-brancas nunca eram a primeira opção para fazendeiros que queriam trabalhadores livres. Segundo o autor, o lema era: “quanto mais branco o trabalhador, melhor” (RUFINO: 1984; 53). Ou seja, o fim do sistema escravista não incluiu o ex-escravizado. Ao contrário, constituiu uma sociedade dividida, conforme esclarece Ferreira (2014):

Mesmo após a constituição da sociedade de classe, as mentalidades e os comportamentos que regulavam as relações raciais permaneceram idênticos aos da ordem escravistas. Em larga medida, a cor se ergueu para os negros como barreira, tornando-se referência de inferioridade. Em decorrência de um mecanismo que Fernandes define como “demora cultural”⁵, a cor, enquanto “marca” social, passou a ser um elemento de distinção, classificação e exclusão (FERREIRA: 2014; 278).

² Informações retiradas do Museu Afro Brasil em São Paulo

³ Ver: O sonho da Bahia muçulmana. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossie-imigracao-italiana/o-sonho-da-bahia-muculmana>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.

⁴ Fala retirada a partir da conferência “Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas”, que ocorreu em outubro de 2016 na Universidade Federal Fluminense.

⁵ Demora cultural é um conceito criado pelo sociólogo Florestan Fernandes, cuja definição refere-se aos tempos históricos desiguais que coexistem num mesmo espaço.

Eduardo Coutinho (2014) acredita que as primeiras décadas do século XX, período pós-abolição, não mudaram o modo como as elites e a população se relacionava. As oligarquias continuaram tentando sufocar, por exemplo, as manifestações da cultura negra no Rio de Janeiro por meio da coerção. Esse é um exemplo do que Gramsci (apud COUTINHO: 2008) chama de “hegemonia revestida de coerção”, no qual o Estado obtém o consenso por meio da força.

Segundo Coutinho (2014), o Estado fez constantes tentativas de repressão da cultura afrodescendente ao mesmo tempo em que insistia em instaurar os padrões europeus. O autor analisa que a relação entre a cultura negro-subalterna e a hegemônica é permeada de esvaziamento e apagamento, mas, por outro lado, também é por onde se dá uma das formas de resistência da população afrodescendente. Dessa forma, o processo hegemônico não inibe a existência de manifestações contra-hegemônicas.

Como analisa Florestan Fernandes, a decisão de acabar com a escravidão foi uma “revolução social feita pelo branco e para o branco” (FERNANDES: 1972; 47). Recém-saído do regime servil, o homem negro não teve nenhum tipo de indenização, auxílio, e ainda se viu obrigado a competir com o homem branco, apesar de não ter sido preparado para isso, “sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social” (FERNANDES: 1972; 47).

Para Florestan Fernandes (apud FERREIRA: 2014), o Brasil não conseguiu se tornar um país democrático devido à revolução burguesa brasileira. Segundo o autor, como a população negra foi completamente subordinada no período da escravidão e, posteriormente, discriminada no mundo competitivo pós-abolição, a burguesia agiu contra aos princípios liberais.

Coutinho analisa, ainda, que após a Revolução de 30, a burguesia começa a traçar um projeto de hegemonia, no qual um dos processos principais é a “coisificação da consciência das classes subalternas” (COUTINHO: 2014; 98), com o objetivo de conseguir o consenso dessas classes subalternas para que considerem natural o controle da classe dominante sobre a dominada. Ou seja, ainda que essa teoria tenha sido fundamentada há mais de 40 anos depois da abolição, pode-se inferir que ela também se encaixa no período pós-libertação dos escravizados, já que foi com esse pensamento que se considerou “normal” a exclusão dos afrodescendentes libertos em relação à possibilidade de ascensão social no período.

França (2006) observa que algumas das mulheres ex-escravizadas passaram a trabalhar com barracas de comidas, enquanto outras estavam nas casas da aristocracia.

Em relação aos homens, alguns entraram para o ramo da carpintaria e sapataria, por exemplo, mas continuavam à margem da sociedade brasileira. França analisa que, em Salvador, muitos ex-escravizados se alforriaram e permaneceram na cidade, enquanto a migração do campo para a cidade só aumentava. Assim, começaram a surgir organizações autônomas que estimulavam escravos a comprarem a liberdade. “Por outro lado, alguns libertos se afastam de suas origens, individualizando e mimetizando os brancos com o objetivo de ascender socialmente” (FRANÇA; 2006; 9).

Logo, ainda que a população negra tenha sido incluída no mercado, isso aconteceu de modo precário por meio de trabalhos inferiorizados. Caio Prado Jr. (apud SODRÉ: 2015), por exemplo, acreditava que a população negra não era capaz de realizar trabalhos modernizantes porque provinha de regiões supostamente atrasadas de países africanos. “As posições de poder continuaram vetadas aos ex-escravos e aos seus descendentes e quase nada se alterou na concentração racial da renda e do prestígio. Devido a isso, a cor continuou a operar como ‘marca’ e como símbolo de inferioridade social” (FERREIRA: 2014; 279-280).

Já Freyre (2003) critica a suposta inferioridade da população negra e, inclusive, acredita numa superioridade. Para ele, os afrodescendentes são superiores aos portugueses e indígenas em relação à capacidade técnica e artística, cultura material e moral, são mais férteis, adaptáveis e extrovertidos. Como se pode perceber, na tentativa de “defender” esse grupo, o autor se aproxima de estereótipos.

Gilberto Freyre também analisou a hiperssexualização da mulher afrodescendente, lembrando: “‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata” (FREYRE: 2003; 36). Ele conta que, no país, havia não somente casos de preferência como também de exclusivismo em relação à mulher negra, pois alguns homens brancos só conseguiam gozar com as escravas. O autor relata o episódio de um homem branco que levou, nas primeiras noites de casado, uma camisa com o suor da escrava amante para conseguir se excitar com a esposa. Além disso, na onda de sífilis que teve no Brasil, registrou-se a crença de que a doença só poderia ser curada com uma “negrinha virgem”.

Paralelo à hiperssexualização, existiu a crueldade das senhoras de engenho com as escravas negras. Freyre (2003) relata que os motivos eram quase sempre relacionados ao ciúme. Os tipos de maus-tratos eram diversos, como “sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da

sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco” (FREYRE: 2003; 218). As senhoras vendiam as escravas mais jovens, cortavam peitos e unhas, queimavam partes do corpo das mulheres escravizadas como se elas não merecessem ser tratadas como humanas, mas apenas como propriedades materiais das sinhás.

Ao estudar a questão racial, Joel Rufino (1984) conclui que todos os países colonizados por metrópoles brancas conhecem o racismo. Por outro lado, o autor observa que as nações não colonizadas também conhecem, já que o racismo é uma prática universal. Nesses países que não foram colônias, Joel acredita que esse fenômeno apareceu devido à competição e à divisão trabalhista.

Segundo Rufino (1984), o racismo do povo europeu se tornou maduro a partir de 1400. O autor argumenta que a Europa ocidental começou a dominar a Ásia, América e África nessa data, baseando-se na exploração de açúcar, algodão, tabaco e minérios. Para isso, os europeus viram a necessidade de instaurar o trabalho escravo. “Da Ásia tiravam especiarias; da América, açúcar, fumo, algodão, metais preciosos; da África, uma mercadoria muito especial: gente” (RUFINO: 1984; 22). Joel indica que, em 300 anos, 20 milhões de africanos foram retirados da terra natal para virem à América.

2.3. Construção da crença na democracia racial brasileira

No Brasil, a origem do termo “democracia racial” é comumente atribuída a Gilberto Freyre, porém, segundo Antônio Guimarães (2002), esse conceito foi formulado primeiramente com Arthur Ramos, em 1943, numa conferência que discutia a democracia após o período fascista no mundo. O autor argumenta que, na academia, essa expressão surgiu com Wagley, em 1952, por meio da frase: “o Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial.” (WAGLEY apud GUIMARÃES: 2002; 2).

Guimarães (2002) observa que, na época, tornou-se comum locais como Estados Unidos e Europa acreditarem na crença de que o Brasil não oferecia barreiras ou complicações para que pessoas negras pudessem alcançar prestígios sociais. Dessa forma, difundia-se a ideia de que no país não havia qualquer tipo de discriminação racial, mas apenas igualdade.

Aliás, antes dos anos 40 e 50 já existia essa teoria de que no Brasil havia democracia racial, tanto que, em 1867, um abolicionista francês chamado Quentin escreveu: “o que facilitará singularmente a transição [para o trabalho livre] no Brasil é que lá não existe nenhum preconceito de raça” (QUENTIN apud GUIMARÃES: 2002;

3). Porém, como já foi constatado, os ex-escravizados brasileiros não tiveram nenhuma facilidade nessa transição, muito pelo contrário, já que a maioria continuou delegada às condições subalternas.

Joel Rufino (1984) aponta que, com a chegada do capitalismo no Brasil, acreditou-se que as oportunidades seriam as mesmas para todos, então os afrodescendentes poderiam finalmente ocupar os seus espaços em posições sociais de prestígio. Porém, o autor averigua que o povo negro estava mais marginalizado do que nunca. Existia a ideia de que surgiria uma burguesia negra a partir do desenvolvimento econômico, mas são poucos os afrodescendentes ricos no país. Rufino observa que, entre 1935 e 1984, alguns afro-brasileiros ganharam destaque e serviram apenas como prova da “democracia racial”.

Segundo Guimarães (2002), Gilberto Freyre foi o primeiro autor a recuperar o mito do paraíso racial brasileiro. Na conferência “Aspectos da influência da mestiçagem sobre relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes”, Freyre indicou que a democracia social foi um legado da civilização luso-brasileira por meio da mistura de raças, ou seja, a miscigenação.

Porém, durante o século XIX, a mestiçagem não era vista como algo positivo. Segundo Renato Ortiz, acreditava-se que “o mestiço, enquanto cruzamento entre raças desiguais, encerra [...] os defeitos e as taras transmitidos pela herança biológica” (ORTIZ: 1985; 21). Por outro, ainda assim estimulava-se a miscigenação na base da violência, pois o ideal nacional da época era branquear a população brasileira e, segundo tal utopia, isso só seria realizado por meio da mistura de raças até que a branca predominasse e a negra se extinguisse⁶.

Dessa forma, entre os séculos XIX e XX, projetos imigracionistas foram realizados com o objetivo de embranquecer a população por meio da chegada dos imigrantes europeus. Muniz Sodré analisa que a elite branca da época acreditava que “a diferença racial deveria ser progressivamente extinta, na medida da modernização e do progresso” (SODRÉ: 2015; 118).

Segundo Ortiz, foi Freyre quem “transforma a negatividade do mestiço em positividade” (ORTIZ: 1985; 41). A miscigenação passa a não mais ser considerada um atraso para o país e o projeto de branqueamento é abandonado para dar lugar à celebração da mistura de raças. “Qualidades como ‘preguiça’, ‘indolência’, consideradas como

⁶ Anotações retiradas na aula da disciplina “Comunicação e realidade brasileira”, da Escola de Comunicação da UFRJ, com o Anderson Ortiz. 2014-1

inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho” (ORTIZ: 1985; 42). Entretanto, como destaca Sodré (2015), outros pesquisadores salientam que essa miscigenação não promoveu nenhum tipo de igualdade racial e, além disso, inclusive estimulou uma maior superioridade dos brancos por terem contato com negros e índios.

Ortiz (1985) também analisa que, por outro lado, a mestiçagem brasileira tornou mais complicada a definição entre fronteiras de cor. Logo, dificulta o reconhecimento de um afrodescendente como tal, pois, como no Brasil a miscigenação foi (e continua sendo muito) forte, é comum que uma pessoa negra de pele um pouco mais clara se veja como “morena”, “parda” e não negra. Além disso, essa dificuldade de definição dá margem para pessoas brancas se dizerem pertencentes à população negra, pois o pai ou a mãe, por exemplo, é afrodescendente. Esse fato também contribui para que a ideia de democracia racial seja disseminada, já que “todo mundo é igual, todo mundo tem sangue negro”, então as oportunidades são distribuídas igualitariamente. Porém, na sociedade brasileira, ter a pele branca continua sendo bem diferente de ter a pele preta.

Como aponta Guimarães (2002), é igualmente interessante observar que até mesmo os movimentos negros dos anos 40 aceitavam e utilizavam a expressão “democracia racial”. O autor analisa que o jornal “Quilombo” reservava uma coluna chamada “Democracia Racial” em que intelectuais adeptos do antirracismo, como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, publicavam artigos. Em 1950, Abdias Nascimento, até então diretor do jornal, disse no I Congresso do Negro Brasileiro que “a larga miscigenação [...] está se transformando [...] numa bem delineada doutrina de democracia racial, a servir de lição e modelo para outros povos de formação étnica conforme é o nosso caso” (NASCIMENTO apud GUIMARÃES: 2002; 12).

Porém, segundo Guimarães (2006), nos anos 80, os movimentos negros colocaram como principal alvo de ataque o termo “democracia racial”, justificando que é uma ideologia racista. E não é para menos, afinal, como destaca o autor, essa expressão ainda é muito utilizada para apagar a discriminação e a desigualdade racial existente no Brasil.

Florestan Fernandes (1972) observa que existe uma confusão entre tolerância racial e democracia racial no Brasil, pois circula uma certa harmonia social entre pessoas de diferentes raças, porém ainda não há igualdade. O autor ainda indaga: “O que é mais importante para o ‘mestiço’ ou o ‘negro’: uma consideração ambígua e disfarçada ou uma condição real de ser humano econômico, social e culturalmente igual aos brancos?” (FERNANDES: 1972; 22).

Segundo Muniz Sodré, “a cor branca extrai a sua hegemonia do fato de deixar presente na realidade inteira do indivíduo – seja ele rico ou pobre – a possibilidade do exercício de uma dominação” (SODRÉ: 2015: 300). Dessa forma, afrodescendentes de qualquer classe social não estão excluídos da possibilidade de sofrerem racismo. Enquanto isso, como aponta Sodré, os brancos conseguem circular sem sofrerem julgamentos. Que democracia racial brasileira é essa?

Para Florestan (1972), a crença numa democracia racial no Brasil existe há bastante tempo, desde quando os mestiços no período colonial eram incluídos nas famílias brancas. Isso estimulou o que o autor chama de “mobilidade social vertical por infiltração” (FERNANDES: 1972; 26). Dessa forma, segundo o autor, a mistura de raças poderia ser vista como forma de se integrar socialmente e de igualdade racial.

O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravagista (FERNANDES: 1972; 27).

Nessa época, as famílias brancas criavam os mestiços com base no senhor. Logo, foram socializados como brancos e “eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando” (FERNANDES: 1972; 27). Porém, as pessoas negras e mestiças libertas eram quem representavam problemas para a “raça dominante”, pois queriam ascender socialmente. Florestan observa que, para combater isso, foi criado o “negro de alma branca” que seria devoto à ordem social e à família branca, o “negro leal”, e, dessa forma, nenhuma pessoa negra poderia ocupar posições mais altas se não correspondesse a essa imagem. Segundo o autor, “passou-se a ver nesses fenômenos a matriz da democracia racial e a fonte de solução pacífica para a questão racial no Brasil” (FERNANDES: 1972; 28).

O “negro” teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele – não do “branco”. Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (FERNANDES: 1972; 29).

Segundo Oracy Nogueira (apud FERNANDES: 1972), no Brasil criou-se um tipo de racismo dissimulado e assistemático. Florestan acredita que isso aconteceu porque os

antigos senhores de escravos, que eram cristãos, percebiam que a escravidão ia contra os ensinamentos do catolicismo, então preferiam ignorar o reconhecimento do racismo, que era a justificativa do sistema escravagista. Portanto, o autor verifica que no país existe o preconceito de ter preconceito: “O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considerá-lo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique)” (FERNANDES: 1972; 21).

Entre os Estados Unidos e o Brasil, diferenças merecem ser pontuadas. Os EUA possuem um preconceito racial sistemático, como acredita Oracy Nogueira (apud FERNANDES: 1972), caracterizado pela forma mais primitiva do racismo que é a segregação. Segundo Sodré (2015), não seria possível instaurar no Brasil uma endogamia racial, por exemplo, já que no país a miscigenação é uma realidade presente. Nota-se, inclusive, que a mistura de raças é algo muito mais forte aqui do que nos EUA. Skidmore (apud SODRÉ: 2015; 117) analisa que o Brasil foi criado com base na superioridade branca e não na supremacia e a elite branca, de acordo com essa ideia de superioridade, criou a ideia da transigência mestiça que deu origem às teorias do embranquecimento e democracia racial.

Por que boa parte dos brasileiros ainda acredita que vivamos numa “democracia racial”? Para começar, porque as elites que nos governaram até hoje *precisam* vender esta mentira, aqui e no exterior. A cabeça de uma sociedade é, em geral, feita pela sua classe dominante – com o objetivo duplo de manter seus privilégios e deixá-la dormir em paz (RUFINO: 1984; 43).

Como aponta Mohammed ElHajji, a questão da etnia no Brasil fugiu bastante dos ideais eurocêntricos imaginados para a sociedade brasileira. Se antes o objetivo era embranquecer a população, hoje comprova-se que isso não teria como acontecer no país. Para o autor, esse fato representa “a defasagem sistemática entre o discurso oficial e hegemônico e a química social responsável pelas trocas simbólicas espontâneas e imediatas” (ELHAJJI: 2005; 196).

Além disso, ElHajji (2005) analisa que a questão étnica brasileira continua enlaçada pela ambiguidade, já que o país foi formado por diferentes etnias com a presença dos indígenas e por meio da colonização que trouxe, principalmente, imigrantes europeus e africanos. Segundo Lesser (apud ELHAJJI: 2005), o Brasil é composto pela etnicidade hifenizada – tendo como componente, por exemplo, o afro-brasileiro. Para Mohammed ElHajji, existem diversas comunidades com diferentes culturas e etnias no país que não perderam as suas raízes, mas que, inclusive, conseguem perpetuá-las. O caso das culturas

africanas existentes no Brasil se mostra como uma forma, portanto, de resistência à adaptação completa da cultura hegemônica que tem base europeizada.

Nesse contexto, ElHajji (2005) registra que, ao mesmo tempo em que tentava-se disseminar a ideia de democracia racial brasileira, os preconceitos de variáveis tipos (raciais, religiosos) continuavam existindo. O autor também verifica que, por outro lado, as constantes tentativas de europeização da sociedade não impediram que o país se tornasse um dos mais etnicamente diversificados do mundo, denominando o Brasil como “verdadeiro *patchwork* étnico-cultural” (ELHAJJI: 2005; 196).

3. REPRESENTAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Este capítulo analisará o modo como a população negra está representada no telejornalismo brasileiro, abordando os possíveis estereótipos associados a esse grupo na televisão. Por outro lado, também pretende-se estudar a não representação, ou seja, a invisibilização dos afrodescendentes nesse contexto. Além disso, a violência contra indivíduos negros e o seu impacto na mídia será investigado.

3.1. Invisibilização na mídia

Fora dos contextos estereotipados, a população negra, salvo raras exceções, não existe na mídia. Se não estiver em situação carente, criminal ou marginalizada, o afrodescendente não tem voz ativa para dar depoimento, porque ele não é a principal escolha imagética nos noticiários – a preferência continua dominada pela pele clara. “Numa sociedade esteticamente regida por um paradigma branco [...] a clareza ou a brancura da pele [...] persiste como marca simbólica de uma superioridade imaginária [...]” (SODRÉ apud COSTA: 2012; 56).

Com o objetivo de analisar essa situação, Rogério Ferro (2012) citou o seguinte caso: um grupo de jornalistas estava buscando adolescentes com sobrepeso e obesidade na era da internet, que estimula o sedentarismo. Quando as gravações acabaram, foi necessário escolher um personagem para estampar o primeiro plano da reportagem e um garoto de 14 anos parecia perfeito para esse trabalho, mas foi recusado por causa da sua cor, pois “ilustrar uma reportagem a partir de um negro poderia ‘causar um ruído na mensagem’. Os receptores ‘estranhariam’ a presença de uma família de afrodescendentes como personagem principal de uma ‘história comum’” (FERRO: 2012; 64).

Ferro (2012) analisou doze reportagens sobre saúde de idosos no “Fantástico”, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, e notou a falta de pessoas negras nas “histórias comuns”. Os brancos ocuparam 86,8% do tempo contando as suas histórias, enquanto os afrodescendentes tiveram 13,2%. Por isso, Ferro é a favor da “desterritorialização racial do cidadão comum no telejornalismo brasileiro” (FERRO: 2012; 66), para que seja quebrado o padrão de representação negro e branco no meio televisivo.

Para Sodré (2015), o preconceito racial acontece quando há proximidade e, por isso, o racismo sugere a desterritorialização: o “outro”, visto como intruso, não pode ocupar o lugar do “mesmo”, pois este não quer dividir o seu espaço. “O nojo racista ao Outro decorre de seu deslocamento territorial: ele (o negro, o índio etc) está ali onde não deveria” (SODRÉ: 2015; 298). Por isso o jovem negro de 14 anos não foi o escolhido como o personagem principal na reportagem, já que estaria, na prática racista da mídia, se apropriando do lugar que é destinado a um branco.

Considero as histórias de interesse humano uma ótima, porém desperdiçada ferramenta para promover a convivência democrática e o conhecimento mútuo dos diversos segmentos raciais no Brasil. Com a aparição (também) de negros como personagens da vida real em situações comuns do cotidiano e sem referência alguma a sua raça no jornalismo de televisão, tal mensagem é potencializada pelo recurso imagético, estabelecendo-se assim, esse meio (mais do que qualquer outro), como o terreno fértil para a desconstrução de estereótipos, o combate à discriminação racial e a promoção da democracia racial, efetivamente (FERRO: 2012; 70).

Barbero e Rey (2004) dialogam com Ferro na questão do potencial democrático da mídia. Os dois acreditam que a comunicação “acompanhou a progressiva invenção da democracia” (BARBERO & REY: 2004; 91) e é capaz de fornecer a visibilidade, pois coloca em questão os temas e as suas possíveis interpretações e, acima de tudo, facilita o acesso aos debates sociais. Por outro lado, a comunicação também provoca distorções e minimiza certas possibilidades de expressão, já que ela atende a interesses do poder hegemônico, então alguns assuntos não são levantados por esse meio. Além disso, os autores acreditam que a mídia também pode ampliar e restringir os públicos.

Amplia-se o público, ao fazer visíveis preocupações de atores que, de outro modo, não se notariam [...]. Restringe-se, ao distorcer a informação, ao banalizar os processos, ao tirar a densidade da complexidade do social. Amplia-se, ao contribuir para [...] fortalecer a igualdade diante da lei de todos os cidadãos, bem como a sua adequada participação no poder. Restringe-se, ao converter o opositor em contendor ou inimigo, ao diluir a argumentação racional e a conversação fluida [...] (BARBERO & REY: 2004; 87).

Se os “personagens da vida real” negros fossem comumente representados no telejornalismo brasileiro, poderia haver maior possibilidade de identificação e empatia nos noticiários. Entretanto, o que se vê é a preferência por “*personagens da vida real* brancas, sempre desconsiderando a diversidade racial que caracteriza a nação brasileira” (FERRO: 2012; 68), ou seja, “o referencial de pessoas ou famílias brancas para situações

comuns de vida cotidiana” (FERRO: 2012; 70). Bourdieu (1997) também analisa a importância que o ser humano atribui a ser visto na TV: parafraseando Berkley, o autor diz que “ser é [...] ser percebido” (BERKLEY apud BOURDIEU: 1997; 16). Além disso, observa que alguns autores e filósofos acreditam que ser é estar representado na televisão, ser visto pelos jornalistas. Ou seja, existe a necessidade de visibilidade. Seguindo esse raciocínio, a população negra não é, já que não é vista (fora de contextos estereotipados) na TV.

Segundo Ferro (2012), mostra-se importante lembrar que é a elite quem produz e reproduz o preconceito. “É desses grupos sociais que nascem os discursos, os modelos cognitivos e as atitudes discriminatórias em relação às minorias. Para o autor [Muniz Sodré], dessa elite faz parte também a mídia” (FERRO: 2012; 78).

Ferro (2012) também faz uma ponderação relacionada à ausência de personagens negros em noticiários. Segundo ele, os jornalistas procuram as fontes ao contatar colegas da mesma área ou amigos próximos para realizarem as matérias e, por isso, nelas constam geralmente pessoas brancas, já que estão na rede de contatos desses profissionais. Dessa forma, o autor indica que a afirmação generalizada de que “os jornalistas são racistas” não se aplica, pois a constatação feita demonstra que eles não se interessam em analisar a questão mais profundamente, então se omitem.

Já para Sodré (2012), a imprensa revela-se conivente com a reprodução do racismo por não combater a discriminação racial e, ao invés disso, apenas falar a respeito quando algum caso vem à tona. O autor acredita que essa reprodução acontece primeiramente com a negação do racismo por meio de discursos que consideram o preconceito como algo do passado.

Pesquisas recentes sobre o papel da imprensa mundial na reprodução do racismo têm chegado à conclusão de que as instituições e grupos da elite branca dominante, inclusive a maior parte dos meios de comunicação, podem ser aliados próximos na reprodução da desigualdade étnica (SODRÉ: 2015; 152).

Por outro lado, existe uma parcela de jornalistas brasileiros tentando reverter esse quadro. Segundo Flávio Carrança (2012), a presidente do Sindicato de Jornalistas de Alagoas e participante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), Valdice Gomes, os profissionais do jornalismo precisam atuar ativamente nas questões raciais, já que, muitas vezes, estereotipam e invisibilizam a população negra. Para mudar a situação, diz ela, “[...] é papel fundamental dos movimentos sociais e, também, dos jornalistas

comprometidos com o interesse público e com a democratização dos meios de comunicação” (GOMES apud CARRANÇA: 2012; 154).

Joel Zito Araújo analisa que a maciça presença de pessoas brancas no meio audiovisual, em contraponto às negras, é um reflexo do desejo de branqueamento existente desde o século XIX e, portanto, foi naturalizado como “estética audiovisual de todas as mídias” (ARAÚJO: 2006; 73). Dessa forma, se não é comum ver entrevistados negros especialistas compondo reportagens nos telejornais, por exemplo, um dos fatores responsáveis por isso pode ser a inadequação ao padrão estipulado. Como também é cineasta, Araújo busca quebrar a hegemonia branca nas telas e, para isso, ele institui a representatividade negra nos seus filmes. O filme “Filhas do Vento”, por exemplo, mostra os afrodescendentes em contexto de uma família comum, pouco mostrado no cinema e na televisão, como esclarece Sodré:

[...] no Brasil, a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade de sua cor. Ou seja, como o negro é cromaticamente mais visível que o branco, torna-se socialmente invisível, é um padrão identificatório recusável (SODRÉ: 2015; 174).

Segundo Araújo, “[...] a produção televisiva contribuiu com um elogio permanente às características estéticas do segmento euro-descendente, reafirmando uma espécie de vitória simbólica da ideologia do branqueamento. ” (ARAÚJO apud SOUZA et al: 2015; 8). Dessa forma, o autor acredita que isso criou uma “pretensa representação do real” por meio de pessoas brancas, magras e altas, que não estão de acordo com a fisionomia da maioria dos brasileiros. Souza, Yade e Rocha também analisam a questão: “a cada telejornal que assistimos na televisão brasileira, pouco vemos a população negra representada na mídia [...], que é protagonista histórica e compõe 52% da população brasileira, de acordo com os dados do IBGE 2010” (SOUZA et al: 2015; 10).

Barbero e Rey concluem que, quando se fala de televisão, os rostos estampados nela não representam a realidade, pois são formados “[...] pela trama dos interesses econômicos e políticos, que sustentam e amoldam essa mídia” (BARBERO & REY: 2004; 114). Apesar disso, os autores analisam que a TV continua sendo um importante meio de reconhecimento sociocultural. Para além da televisão, a internet chega com condições de possibilidades de discurso contra-hegemônico.

Com o objetivo de democratizar o jornalismo por meio da quebra na ausência de fontes negras, foi criado pela jornalista Helaine Martins o projeto “Entreviste um negro”,

inspirado no “Entreviste uma mulher” da Think Olga⁷. Helaine montou um documento⁸ com profissionais negros de diversas áreas e que pode ser acessado por qualquer pessoa. Dessa forma, o jornalista pode consultar o banco de dados em busca de fontes. Além disso, os afrodescendentes também podem incluir os seus nomes e suas especializações no documento. Segundo Helaine, “o banco de fontes é colaborativo e vai aproximar mulheres e homens negros, experts nas mais diversas áreas ou que têm experiências para contar, a jornalistas que procuram fontes especializadas, seja para pautas com recorte étnico-racial ou não” (MARTINS: 2015)⁹.

Kátia da Costa analisa que o processo de seleção do que será mostrado na TV tem como preferência a cor branca e, por isso, as pessoas negras são incluídas na “falaciosa ideia da existência de uma ‘minorias racial’” (COSTA: 2012; 46). Para a autora, torna-se natural deslocar os afrodescendentes para a classificação de grupo minoritário, como se a população brasileira fosse predominantemente caucasiana. Nesse caso, Kátia está analisando e recusando a palavra “minorias” no sentido quantitativo em relação aos afro-brasileiros, porém, no sentido qualitativo eles se encaixam.

Para Muniz Sodré, “a noção contemporânea de minorias [...] refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder[...]” (SODRÉ: 2005; 11). O autor acredita que grupos como as mulheres, negros e homossexuais se encaixam nesse conceito. As minorias são lugares de ação humana “onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (SODRÉ: 2005; 12) inseridos na luta contra-hegemônica.

Raquel Paiva pondera que “a mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações sociais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e com seus pares” (PAIVA: 2005; 16). A autora atenta-se para o fato de esse meio privilegiar pequenos grupos em detrimento de outros e, por isso, sugere o termo “minorias flutuante” que se refere a uma minorias capaz de se opor politicamente ao sistema hegemônico. Esse grupo, segundo a autora, tem possibilidade de realizar mudanças na “lógica dominante”. Dessa forma, seguindo o pensamento de Paiva, caso a população negra tome consciência de pertencimento ao grupo de “minorias flutuante”, esse poderia ser o primeiro grande passo para maior visibilidade positiva nos telejornais.

⁷ A Think Olga é um projeto feminista lançado em 2003 pela jornalista Juliana de Faria.

⁸ O documento pode ser acessado pelo link: <http://bit.ly/EntrevisteUmNegro>.

⁹ Ver: Nós por nós: entreviste um negro. In: <http://thinkolga.com/2015/11/16/nos-por-nos-entreviste-um-negro/>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.

3.2. População negra em contextos estereotipados

Se a população negra não está inserida nos “personagens da vida real”, aonde ela se encaixa nas reportagens televisivas? Ferro (2012) analisa que, no período colonial, os afrodescendentes apareciam nos jornais como mercadorias e infratores ou como escravos obedientes e fieis. Atualmente, segundo o autor, eles estão destinados a ocuparem dois espaços: “É o criminoso e carente, por um lado; e o cidadão (negro) de sucesso, o exemplo de superação, por outro.” (FERRO: 2012; 68).

Como se sabe, quando a mídia dá visibilidade aos afro-brasileiros, muitas vezes reforça os estereótipos relacionados a eles. João Freire (2004) indica que a crítica às sub-representações das identidades sociais é uma questão explorada pelos estudos culturais desde a década de 60. Ao estudar o assunto, o autor escolhe a conceituação de “estereótipo” desenhada por Lippmann: “[são] como construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social” (FREIRE: 2004; 47).

Para Freire, a mídia dificulta a democracia ao fazer essas representações distorcidas, já que elas contribuem para a “manutenção e [...] reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração” (FREIRE: 2004; 47). Bourdieu inclusive acredita que a televisão representa um “perigo à democracia”: “Eu poderia prová-lo [o perigo] facilmente analisando o tratamento que, levada pela busca da mais ampla audiência, a televisão [...] concedeu aos fomentadores de discursos e de atos xenófobos e racistas [...]” (BOURDIEU: 1997; 9).

Estereótipos, por exemplo, sobre a predisposição natural dos negros para atividades físicas (trabalhos braçais ou, na melhor das hipóteses, esportes e dança), em detrimento de tarefas e ocupações intelectuais, almejam explicar e justificar sua escassa presença nos níveis superiores de ensino, em sociedades cuja ideologia oficial é a democracia racial (FREIRE: 2004; 47).

Muito questiona-se sobre a veracidade dos estereótipos. Segundo Férres, eles “são verdadeiros porque costumam basear-se em aspectos parcialmente verdadeiros [...]. Mas são falsos porque toda generalização simplificadora pressupõe uma traição a uma realidade que é, necessariamente complexa, contraditória, dual” (FÉRRES apud MORONI & FILHA: 2008; 7). Moroni e Filha analisam que, dentre os tipos de estereótipos existentes, “os visuais têm forte apelo representativo, ou seja, são de fácil assimilação. Neste ponto se assemelham à característica da imagem na televisão, que

também tem no impacto seu ponto alto” (MORONI & FILHA: 2008; 7). Logo, na categoria visual está inserida a etnia.

É por meio dos estereótipos que as pessoas são vistas apenas em grupo, sem particularidades ou diferenças entre si. “É comum o negro não ser considerado um indivíduo, e sim a representação coletiva de um grupo marcado por uma estereotipia negativa. É isso que se vivencia no mundo real e é representado na ficção” (BARBOSA apud MORONI & FILHA: 2008; 7). Dessa forma, estereotipar é uma forma de simplificar um todo complexo e inserir indivíduos em classificações já pré-determinadas. Além disso, Ferrés (apud MORONI & FILHA: 2008) acredita que esse também é um modo de ter a impressão de controlar a realidade.

Segundo Maurício Gonçalves (2016), as pessoas negras continuam no âmbito da natureza: tudo que fazem é um dom, é natural. Como, por exemplo, dançar e praticar esportes. Geralmente não se leva em conta a dedicação que elas possuem para se aprimorarem¹⁰. Em relação ao esporte, Ferro (2012) acredita que o sonho de grande parte das crianças negras e pobres de se tornarem atletas profissionais está vinculado à intensa representação de casos semelhantes nos noticiários jornalísticos. O autor analisa a história desses atletas e das crianças e conclui que os dois têm passados parecidos, portanto elas veem no futebol, por exemplo, uma chance de conquistarem o que os seus “semelhantes” conseguiram.

Além disso, Ferro (2012) também observa que essas crianças podem enxergar o sucesso pelo crime. O autor relembra que algumas delas estão nesse meio desde cedo e são financeiramente sustentadas por ele. Para o autor, “o telejornalismo brasileiro não faz mais que corroborar com esse seu destino preestabelecido” (FERRO: 2012; 74). Com o objetivo de elucidar a situação, ele coloca em pauta uma fala do Mano Brown no programa “Roda Viva” do canal Cultura. Segundo o MC, “nos bairros pobres da periferia de São Paulo, quando as crianças jogam polícia e ladrão, as que escolhem ser policiais são desdenhadas, chegam até a ser os vilões da história” (apud FERRO: 2012; 76).

Para Muniz Sodré (apud FERRO: 2012; 76), os estereótipos ferem ainda mais quando chegam aos afrodescendentes em forma de auto-discriminação, porque assimilam a imagem negativa disseminada. Dessa forma também surge a auto-desvalorização, já que a constante vinculação de subrepresentações desfavoráveis carrega consigo a ideia de incapacidade da população negra.

¹⁰ Anotações de aula da disciplina “Identidades negras e mídia”, da Escola de Comunicação da UFRJ, com o professor Maurício Gonçalves. 2016-2

No TEDGlobal¹¹ de 2009, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie disse que o problema do estereótipo não está no fato de ele ser mentira, mas ser incompleto¹². Então ele essencializa, tira o espaço para a diferença. Segundo Freire (2004), o estereótipo “reduz toda a variedade de características de [...] uma raça [...] a alguns poucos atributos essenciais [...]. Encoraja, assim, um conhecimento intuitivo sobre o Outro, desempenhando papel central na organização do discurso do senso-comum.” (FREIRE: 2004; 47).

Em sua análise sobre a linguagem da televisão, Sodré (2010) acredita que a TV constrói a realidade por meio de representações sociais ao tentar falar o real. Para o autor, “as representações sociais servem para formar opiniões e comportamentos, ajustando-os à realidade tal como existe numa determinada formação social” (SODRÉ: 2010; 77). Além disso, ele observa como a tendência a uma cultura sincrética da televisão resulta na superficialidade na tentativa de retratar os valores das classes. Assim, surge uma “homogeneização dos diversos conteúdos culturais [...]. Isto implica em dizer que os modelos são criados pelo *medium* a partir de estereótipos culturais e devolvidos ao público na forma de uma relação impositiva, que é a relação televisiva.” (SODRÉ: 2010; 78).

O programa “Ver Debate”, apresentado por Lalo Leal na TV Brasil, já teve como assunto principal a representação da população negra na TV em 2014¹³. Para abordar a temática, foram convidados o cineasta e escritor Joel Zito Araújo, a jornalista Tatiana Oliveira e o jornalista moçambicano Rogerio Ba-Senga. Araújo acredita que a situação dos afrodescendentes na televisão está mudando um pouco, mas enxerga que o avanço é “montado em cima do casco de tartaruga”. Para ele, os afro-brasileiros estão começando a conquistar os direitos civis agora e, por isso, a mudança está tendo o seu início, mas acredita que a nova geração pode impactar profundamente o quadro atual.

A jornalista Luciana Barreto também é convidada a dar o seu depoimento e diz que as crianças negras não se identificam na TV com algo positivo profissionalmente. A própria Luciana não acreditava que o seu lugar poderia ser na televisão brasileira,

¹¹ A conferência “TEDGlobal” que tem como objetivo espalhar ideias ao redor do mundo. Cada apresentação tem em torno de 18 minutos e pode ser vista na internet.

¹² Ver: O perigo de uma única história. Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-28444. Acesso em: 8 de outubro de 2016.

¹³ Ver: Ver TV debate a representação do negro na televisão. Disponível em:

<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/ver-tv-debate-a-representacao-do-negro-na-televisao>. Acesso em: 9 de outubro de 2016.

justamente pela ideia difundida de incapacidade dos afrodescendentes. “Hoje, quando o negro é retratado na televisão brasileira, ele é retratado em casos subalternos, que não exigem muito da educação [...] é minoria, [...], não é referência de beleza [...]. A gente tá ferindo a identidade da população brasileira” (BARRETO: 2014)¹⁴. Para a jornalista, a representação da mulher negra é ainda pior, pois geralmente está ligada à sexualização, ao samba e isso só afasta a possibilidade de uma democracia racial. “Imagina o que é ser uma criança pobre e negra no Brasil? Imagina o papel que a televisão teria na construção de uma identidade positiva pra essa criança pobre e negra?” (BARRETO: 2014).

Corroborando com a fala da Luciana, Araújo analisa o quão prejudicial a televisão brasileira é para a juventude negra. Para ele, o problema não está apenas relacionado à autoestima das crianças e jovens afrodescendentes, pois, ao reafirmar uma hegemonia branca, a televisão tende a insuflar a autoestima da população branca como se ela fosse superior, então assim o racismo é alimentado.

Apesar de serem dois meios televisivos diferentes, Rogerio Sa-Benga aponta que a linha entre a suposta realidade representado no telejornalismo e a ficção na telenovela é bem tênue. “Nos telejornais você tem os negros como criminosos, bandidos, daí termina o jornal e fala: ‘opa, agora vou relaxar que vem a novela’. Mas logo em seguida essa história continua na novela” (SA-BENGA: 2014). Dessa forma, o mesmo estereótipo da população negra ocupa dois espaços na TV.

Para Zilda Martins (2011), a mídia exclui a imagem da pessoa negra como “sujeito singular” ao defini-la no lugar de criminoso ou suspeito. A autora analisa que esse meio oferece aos afrodescendentes a “comunicação simbólica do silêncio” (MARTINS: 2011; 47) e, assim, ocorre a negação do sujeito ao ressaltar o seu lado negativo. Segundo ela, essa é uma comunicação silenciosa e violenta contra a população negra. “Como exemplo de visibilidade de uns em detrimentos de outros, em um mesmo grupo, destacam-se criminosos, pobres, favelados, marginais, noticiados cotidianamente e naturalmente” (MARTINS: 2011; 47). Existem pessoas negras dentro dessas classificações, assim como existem pessoas brancas. Além disso, e ainda mais importante, afro-brasileiros fora dessas classificações também participam da sociedade, mas são deixados de lado na mídia.

Essa imagem negativa e reforçada da população negra brasileira pela televisão, principalmente por meio dos noticiários nos telejornais, gera a naturalização. Por isso,

¹⁴ Ver: Ver TV debate a representação do negro na televisão. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/ver-tv-debate-a-representacao-do-negro-na-televisao>. Acesso em: 9 de outubro de 2016.

quando um grande grupo de jovens negros entra no ônibus, por exemplo, torna-se natural presumir que eles podem assaltá-lo – geralmente esse é o primeiro pensamento. Como foi averiguado anteriormente por Sodré (apud FERRO: 2012), esse cruel estereótipo pode atingir até os afrodescendentes e, portanto, no exemplo do ônibus, a primeira reação deles também pode ser esconder o celular, a bolsa ou a mochila.

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de *efeito do real* [...]. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo. (BOURDIEU: 1997; 28).

Fora do contexto de criminalidade, a população negra é bastante representada nos telejornais em cenários de pobreza e superação. “O pobre vencedor que supera as condições de miséria nas suas origens. O pobre vitorioso, mesmo em meio às negativas do mundo.” (SANTOS: 2008; 35). Porém, essa vitória é vista como um mérito, pois o indivíduo se esforçou, batalhou o suficiente para sair dessa situação e conseguir uma vida melhor.

Essa narração segue uma dupla lógica: afirmar a ausência do Estado e o fato de que o indivíduo ascendeu, ainda que submetido às políticas de um Estado omissivo ou ausente, e, por outro lado, reconhece implicitamente que não há sentido em se reclamar por uma ação deste Estado, esvaziado pela política neoliberal (SANTOS: 2005; 35).

No telejornal “Diário TV”, da TV Diário, afiliada da Rede Globo em Mogi das Cruzes, foi contada recentemente a história da Virgínia Pereira, presa em 2004 por assalto. Apesar de não ter participado ativamente da ação, ela estava no carro com um dos assaltantes e foi reconhecida pela vítima do crime. Ela ficou presa durante cinco anos, porém três foram em regime fechado. Quando saiu em 2007, Virgínia teve dificuldades em achar emprego, fazia alguns “bicos” e relatava episódios de preconceito por ser ex-presidiária. Entretanto, em 2015, ela participou de uma ONG chamada “Rexista”, que tem como objetivo formar mulheres que já foram do sistema penitenciário em empreendedoras. Após o final do curso, ela começou a empreender no ramo de venda de salgados e agora quer também cursar Direito na faculdade. “Eu estou muito feliz porque consigo sustentar minha família com meu trabalho. Consigo comprar as minhas coisas e

fazer planos, como qualquer outro cidadão. Não posso levar comigo a mancha de ser regressa [...]” (PEREIRA: 2016)¹⁵.

No Jornal Hoje, um jovem pernambucano que se formou em Medicina também virou exemplo clássico de superação. Antes de começar a reportagem, Evaristo Costa diz: “Ele veio de uma família muito pobre em Pernambuco e lutou muito para conseguir o diploma. E ele conseguiu, né? E de forma honesta” (COSTA: 2012)¹⁶. Importante observar que o advérbio de intensidade “muito” foi usado duas vezes para reforçar a dificuldade somada ao esforço pessoal do jovem. Apenas nessa fala do jornalista é possível associar duas tipologias de representação de pobres na mídia, estipuladas por Cristiano dos Santos (2008): pobreza e honestidade; e pobreza e a valorização do mérito de fazer-se a si próprio.

A história do pernambucano é a seguinte: Esaú da Silva Santos passou em Medicina pela Universidade de Pernambuco aos 16 anos. Ele precisava andar 40 minutos até o ponto de ônibus, a família passou fome e inclusive chegou a pedir alimentos, mas conseguia obter ajuda. Apesar de todas as adversidades, o jovem se formou e pode ser chamado de “Doutor Esaú”. Quando a reportagem acaba, Evaristo Costa finaliza: “Parabéns Esaú, doutor Esaú, por essa conquista feita com estudo, com esforço, com dedicação, com inteligência” (COSTA: 2012).

Os dois casos anteriormente citados têm algumas semelhanças: ambos os personagens são negros, pobres e conseguiram “dar a volta por cima” dentro de um contexto negativo, em que a realidade parecia não estar a favor deles. Dessa forma, eles se tornam personagens nos telejornais com ocupações já predeterminadas. Santos pondera: “Parece que, no jogo de representar e ser representado, vimos uma ficcionalização do sujeito” (SANTOS: 2008; 35). Logo, o autor acredita que o sujeito social é esvaziado para dar lugar ao personagem.

Resumindo, um estudo efetivo sobre a representação das minorias na mídia não deve restringir-se ao mero levantamento estático de representações estereotipadas, sem maior embasamento histórico e teórico; é fundamental se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas, e, por fim, como vêm sendo (ou devem ser) questionadas e rechaçadas (FREIRE: 2004; 65).

¹⁵ Ver: 'Já ouvi muito não', diz ex-presidiária que virou empreendedora em Poá. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/09/ja-ouvi-muito-nao-diz-ex-presidiaria-que-virou-empreendedora-em-poa.html>. Acesso em: 11 de outubro de 2016.

¹⁶ Ver: Jovem pernambucano se forma em Medicina e vira exemplo de superação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZKje-RkYWc>. Acesso em: 11 de outubro de 2016

Bourdieu (1997) acredita que os jornalistas utilizam “óculos” para escolherem o assunto e o modo de abordá-lo. Segundo ele, a televisão carrega consigo a dramatização e, por isso, “[...] Em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões” (BOURDIEU: 1997; 25). Então é possível associar que, em relação à população negra, o que interessará é a pobreza e a criminalidade, já que esses são os lugares estabelecidos para essa categoria.

Segundo Bourdieu (1997), a televisão não é um lugar que estimula o pensamento, pois as notícias são transmitidas de forma muito rápida. “[...] na urgência não se pode pensar” (PLATÃO apud BOURDIEU: 1997; 39). Ele ainda indaga: “Pode-se pensar com velocidade? Será que a televisão, ao dar a palavra a pensadores que supostamente pensam em velocidade acelerada, não está condenada a ter apenas *fast-thinkers* [...]?” (BOURDIEU: 1997; 40). Dessa forma, devido à dificuldade de formar um pensamento crítico em relação às notícias de modo ágil, pode-se inferir que se torna natural aceitar as formas estereotipadas representadas na TV, justamente pela falta de tempo em analisar profundamente o conteúdo dos telejornais.

3.3. Violência institucional

Em 2012, o DataSenado¹⁷ realizou uma pesquisa por meio da parceria entre o Senado e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em que 56% dos entrevistados concordaram que a morte de pessoas negras choca menos que a de brancas. Além disso, das 1.234 pessoas entrevistadas, 55,1% acreditam que “a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo”. Para a ex-ministra do Seppir, Luiza Bairros, esses dados mostram que o país está começando a se reconhecer como racista e, por isso, abre espaço para o combate ao preconceito.

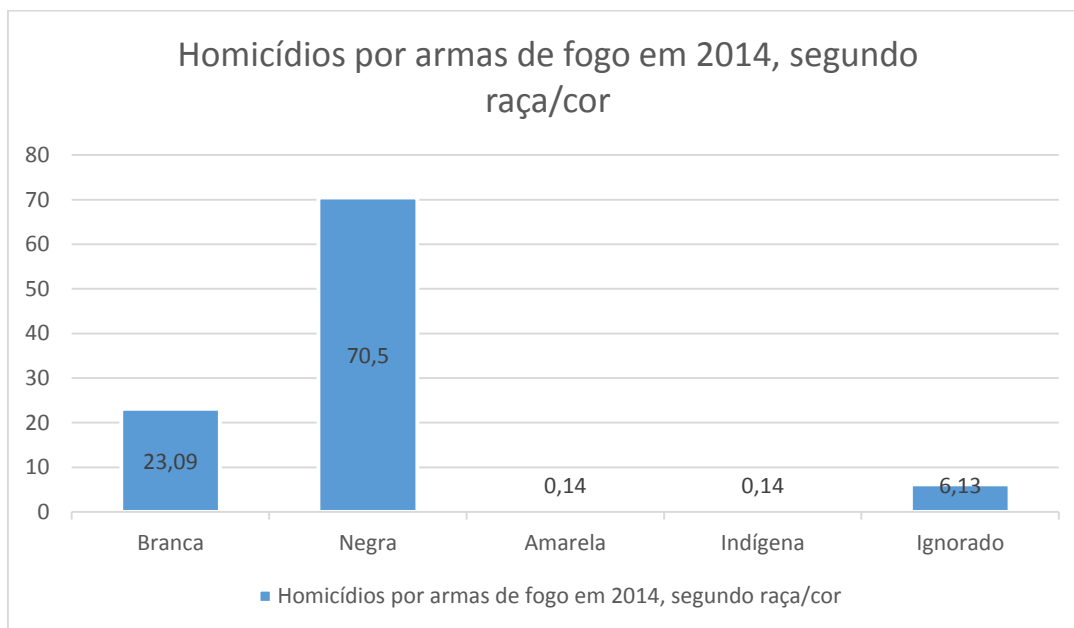
Segundo o Mapa da Violência 2012 – A cor dos homicídios¹⁸, de 2002 a 2010, 65,1% dos mortos por violência letal foram negros. Porém, em relação aos afrodescendentes entre 15 e 29 anos, o número é ainda mais alarmante: 75,3% deles são negros. Portanto, eles são duas vezes e meia mais mortos que os brancos. Em 2014 foi

¹⁷ Ver: Para 56% de entrevistados, morte de negro choca menos a sociedade que a de branco. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2012/11/08/para-56-de-entrevistados-morte-de-negro-choca-menos-a-sociedade-que-a-de-branco>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

¹⁸ Ver: No Brasil, duas a cada três vítimas de homicídios são negras. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/no-brasil-duas-a-cada-tres-vitimas-de-homicidios-sao-negras-9080.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

realizada pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (IVJ)¹⁹ uma nova pesquisa a respeito do mesmo tema e os dados continuam semelhantes: 76,5% dos 30 mil jovens assassinados no país em 2012 eram afro-brasileiros.

Já os novos dados preliminares do Mapa da Violência 2016 mostram que a situação piorou. Enquanto em 2003 foram registradas 20.291 vítimas negras, em 2014 esse número saltou para 29.813. A população afrodescendente continua sendo a mais assassinada, ocupando 70,5% das mortes por homicídio com armas de fogo no Brasil²⁰.



Para o professor e ativista Douglas Belchior, a escravidão no Brasil deixou como herança a insensibilidade da população diante da morte dos afrodescendentes, pois tornou-se natural ver o afro-brasileiro sofrer ou morrer. Ele acredita que todos os anos de torturas, prisões e mutilações não foram capazes de mobilizar a sociedade nem o governo. Relacionado a esse contexto, Renato Nogueira (2016) ainda fala do conceito de necropolítica analisado por Mbembe: política da morte; alguns corpos podem morrer e não farão diferença²¹.

A solidariedade e a comoção empregada aos jovens brancos em seus momentos de dor, seja em tragédias de boates ou em protestos de asfalto, contrastam com irrelevância do *fankeiro* assassinado em pleno

¹⁹ Ver: Jovem negro corre 2,5 vezes mais risco de ser assassinado que jovem branco no Brasil. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/jovem-negro-corre-25-vezes-mais-risco-de-ser-assassinado-que-jovem-branco-no-brasil-14971068.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

²⁰ Ver: Mapa da Violência 2016. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

²¹ Fala retirada a partir da conferência “Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas”, que ocorreu em outubro de 2016 na Universidade Federal Fluminense.

palco ou da “chacina nossa de cada de cada dia“, na porta do bar ou na esquina de casa (BELCHIOR: 2013)²².

Em relação ao genocídio da população negra no país, Stephanie Ribeiro, estudante e ativista, relata o caso de Luana dos Reis, que morreu assassinada nas mãos de um policial. Luana foi abordada por um PM de Ribeirão Preto, em São Paulo, e ele não acreditou que a jovem fosse mulher, então a revistou de forma invasiva. Contra essa atitude, ela reagiu em defesa e foi espancada na frente do filho de 14 anos. Foi levada ao hospital, mas depois de alguns dias não resistiu. Histórias como a de Luana acontecem o tempo todo num país racista como o Brasil. Segundo Stephanie, nesse caso ainda houve tentativa de culpabilização da vítima, porque ela tinha ficha criminal. “Essa, entre tantas outras, é uma das desculpas que a população em geral dá para o assassinato arbitrário de negros no país, estimulado pelo Estado e materializado pela polícia.” (RIBEIRO: 2016)²³.

Policiais civis e militares, além de apresentarem uma postura racista e preconceituosa no tratamento dispensado aos sujeitos historicamente discriminados e marginalizados na sociedade brasileira, a exemplos dos negros, homossexuais e outros, estão por trás de inúmeros casos de assassinatos, principalmente envolvendo os jovens, em particular os jovens negros moradores dos bairros populares, periféricos e favelas (ARAÚJO: 2016; 464).

Nessa conjuntura, Luciana Nascimento analisa a diferença na cobertura de uma pessoa negra e uma branca em situação de morte semelhante. Ela traz à tona a história de Cláudia Silva, mulher afrodescendente que foi baleada no pescoço e nas costas pela polícia no Morro da Congonha no Rio de Janeiro. Com o objetivo de socorrer a moça, os PM colocaram Cláudia na mala da viatura, mas a porta se abriu em determinado momento e o corpo dela foi arrastado por metros, ocasionando o seu falecimento. Em comparação, a autora relembra o caso do menino João Hélio. Os bandidos assaltaram o carro dos pais da criança, mas ele foi levado junto, ficou preso no cinto de segurança e também foi arrastado.

João Helio foi vítima de meliantes, enquanto Cláudia deveria ter seu direito à segurança preservado por quem cometeu essa atrocidade. A jovem mulher negra não teve chances de defesa. Assim como João

²² Ver: Segurança pública e a naturalização da morte negra. Disponível em: <http://www.mundonegro.inf.br/seguranca-publica-e-a-naturalizacao-da-morte-negra/>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

²³ Ver: A história de Luana e o genocídio da população negra no Brasil. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/stephanie-ribeiro/luana-mulher-negra-espancamento_b_9832680.html. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Hélio, foi alvo de atrocidade, mas a comoção sobre a morte de uma mulher negra e pobre ecoa muito menos (NASCIMENTO: 2015; 10).

Para Jurandir Araújo (2016), a mídia corrobora com a naturalização e aceitação da morte dos afrodescendentes no Brasil. Segundo o autor, ela tem uma postura crítica em relação à violência sofrida pelas pessoas menos favorecidas, especialmente quando se trata da população negra, por vezes colocando-as como réus ou culpadas. “A mídia é, em grande parte, a responsável pelo estereótipo do jovem pobre, negro e conseqüentemente, criminoso. É como se a esse jovem fosse vetado o direito de produzir outra coisa que não violência.” (SILVA apud ARAÚJO: 2016; 470). Ao colocar os jovens negros como suspeitos ou culpados, a mídia auxilia a legitimar os assassinatos.

Jurandir (2016) acredita que os meios de comunicação agem de forma diferente quando a violência atinge a elite branca, que ganha muito mais destaque, e quando atinge a população negra. “Um negro é morto por dia no Brasil e ninguém coloca na TV, ninguém fica indignado” (GONÇALVES: 2016)²⁴.

Como se sabe, a mídia possui diferenças no tratamento de criminosos brancos e negros. Para o primeiro grupo, em situação de crime, palavras como “jovem” são amplamente utilizadas. Já para o segundo, geralmente as palavras utilizadas são “menor”, “traficante”. Segundo Átila Roque (2015), diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, o afrodescendente é desumanizado e, dessa forma, o seu extermínio é autorizado. Para a jornalista Flávia Oliveira (2015), outra diferença está no modo como a mídia analisa os suspeitos de crimes. Ela acredita que, geralmente, os jornalistas não procuram antecedentes criminais de brancos, ao contrário de negros²⁵.

O fato do sujeito ser negro já o torna um marginal em potencial e isto não é apenas na ótica da mídia, mas também na visão de parte dos policiais, que antes de verificar se o sujeito é marginal ou não já o trata como sendo. Isso também está incutido no pensamento da sociedade em geral, ou seja, no imaginário popular (ARAÚJO: 2016; 475).

Jurandir (2016) também analisa que os casos de preconceito racial com brasileiros fora do Brasil costumam ganhar destaque na mídia, mas quando ocorrem no país são silenciados. Porém, a diferença é ainda maior quando ocorre uma situação de racismo de um nativo em outro país. Por exemplo, a morte de uma pessoa americana negra nos

²⁴ Fala retirada na aula da disciplina “Identidades negras e mídia”, da Escola de Comunicação da UFRJ, com o professor Maurício Gonçalves. 2016-2

²⁵ Falas retiradas no seminário sobre “Racismo na Cobertura Jornalística”, que ocorreu em novembro de 2015 na Escola de Comunicação da UFRJ. Dois dos participantes foram Átila Roque e Flávia Oliveira.

Estados Unidos circula em todo mundo e indigna grande parte das populações, inclusive a brasileira. Por outro lado, quando um jovem negro morre no Brasil, a reação aqui não é a mesma. Uma das hipóteses para isso pode estar relacionada com a criação do povo brasileiro com base na democracia racial. Dessa forma, parece que o racismo no exterior sempre vai ser mais intenso que o no Brasil²⁶.

Em julho deste ano, integrantes do Black Lives Matter²⁷ vieram ao Rio de Janeiro para debater sobre a criminalização da população negra. Durante a estadia, Daunasia Yansey (2016), uma das participantes, observou que a mídia brasileira não costuma colocar em pauta homicídios de jovens afrodescendentes nas favelas e, por isso, é difícil descobrir no exterior que esses casos existem no país. “Não é o caso de um policial ruim, é o sistema de policiamento, é assim que a polícia funciona. Nós precisamos que a mídia seja honesta, conte a história e compartilhe todas essas histórias [...]” (YANSEY: 2016)²⁸.

Nos Estados Unidos, após a morte de Michael Brown de 18 anos, assassinado por policiais, um grupo de jovens americanos decidiu analisar o modo como afrodescendentes seriam representados na mídia no contexto de assassinato. Eles passaram a usar a *hashtag* #iftheygunnedmedown (se eles tivessem me matado a tiros, em português) e postaram duas fotos em diferentes momentos: em uma aparecem em formatura, no trabalho ou com família e na outra aparecem em festas, se divertindo, bebendo ou fumando. Em seguida, na legenda colocam a retórica pergunta: “Que foto a mídia utilizaria se eu tivesse sido assassinado por eles [policiais]?”²⁹

A pauta sobre a violência sofrida pela juventude negra é pouco discutida no jornalismo. Entretanto, a violência protagonizada por estes garotos é exaustivamente midiaticizada. [...] A grande imprensa [...] não discute os dados da maior probabilidade de um jovem negro morrer por conta da violência (QUIRINO: 2014; 11).

Raquel Paiva acredita que “a permanência da violência como linguagem e sistema gerado pelo poder hegemônico tem-se situado geralmente, ao longo da história da

²⁶ Anotações de aula da disciplina “Identidades negras e mídia”, da Escola de Comunicação da UFRJ, com o professor Maurício Gonçalves. 2016-2

²⁷ Black Lives Matter é um grupo criado em 2012 após o ex-vigia americano George Zimmerman, assassino do jovem negro Trayvon Martin de 17 anos, ter sido absolvido.

²⁸ Ver: Integrante do Black Lives Matter diz que mídia não dá atenção à morte de negros. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-07-20/integrante-do-black-lives-matter-diz-que-midia-nao-da-atencao-a-morte-de-negros.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

²⁹ Ver: Jovens ironizam representação de negros vítimas de violência policial na mídia norte-americana. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/jovens-ironizam-representacao-de-negros-vitimas-de-violencia-policial-na-midia-norte-americana-13573751.html#ixzz4NSvHZnOV>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

civilização, na esfera do ‘entendimento comum’”. Por isso, segundo a autora, existe a naturalização da violência com o objetivo de manter a ordem social e, a partir de um dado momento, essa prática passa a ser despercebida de tão naturalizada na sociedade. Além disso, ela pondera que a violência pode até mesmo se transformar em espetáculo devido à mediação. “A mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz estrutura na corroboração de valores e na função de agenciadora do senso comum” (PAIVA apud MARTINS: 2011; 27).

4. TELEJORNALISMO BRASILEIRO

Este capítulo abordará a história do telejornalismo brasileiro e a estrutura desse gênero televisivo, com enfoque nos telejornais de maiores destaques e os principais apresentadores. Além disso serão apresentadas críticas em relação à televisão, principalmente em relação à ausência de jornalistas negros na TV brasileira. Nessa conjuntura, o caso da jornalista Maju Coutinho também será analisado.

4.1. Breve histórico do telejornalismo no Brasil

O primeiro telejornal brasileiro “Imagens do Dia” foi transmitido no dia 20 de setembro de 1950 pela TV Tupi, estação pioneira de TV no país inaugurada por Assis Chateaubriand³⁰, que mostrava imagens sem edição dos acontecimentos do dia e durava o tempo necessário para a transmissão de todos os fatos e imagens. Entretanto, o telejornal de maior destaque na década de 50 foi o “Repórter Esso” comandado por Gontijo Teodoro em 1952 primeiramente na TV Tupi do Rio e, no ano seguinte, na Tupi de São Paulo, cujo conteúdo era voltado para o noticiário nacional e internacional, além de ser dominado por uma forte herança radiofônica.

O “Repórter Esso” se transformou num grande sucesso na TV. O ícone do rádio foi transmitido pela primeira vez na TV, em 1º de abril de 1952, apresentando 33 minutos de duração. Com a frase “Aqui fala o seu Repórter Esso – testemunha ocular da história”, o gaúcho Gontijo Teodoro comandava o programa. Ao longo de 18 anos, essa chamada colocava os brasileiros na frente da TV (MELLO: 2009; 2).

No início, os telejornais eram produzidos precariamente com baixo nível de qualidade. Isso acontecia devido às falhas técnicas e à inexperiência dos profissionais, cuja maioria provinha do rádio. Por outro lado, essas falhas não obtinham grande repercussão, já que poucas pessoas tinham acesso às imagens transmitidas. O total de receptores da televisão não chegava nem a 200. Chateaubriand inclusive teve que instalar televisores em praça pública para popularizar o veículo. Aliás, Assis Chateaubriand foi considerado o “primeiro capitão de indústria do jornalismo brasileiro” (SODRÉ: 2010; 95).

³⁰ Conhecido também como Chatô, Assis Chateaubriand foi um jornalista, político e empresário brasileiro. Ele fundou o conglomerado de mídia “Diários Associados” e apoiou Getúlio Vargas na Revolução de 30.

Como as coberturas externas eram consideradas complicadas de serem realizadas, os jornais transmitidos direto do estúdio predominavam nos noticiários. Na primeira fase da TV no Brasil, a fala prevalecia em detrimento da imagem, com frases longas e transmissão detalhada de conteúdo. Entretanto, quando um anunciante do “Repórter Esso” firmou acordo com a agência de notícias norte-americana *United Press International* (UPI), ocorreu uma mudança: os noticiários deixaram de ser predominantemente orais e começaram a ter mais ilustrações.

Já no início da década de 60, as emissoras brasileiras passaram a ter maior presença de telejornais na programação. Ocorre também a exibição de filmes estrangeiros dublados e a chegada do videoteipe, com o objetivo de registrar a inauguração de Brasília como a nova capital do país. Dessa forma, o telejornalismo conseguiu avançar devido à novidade tecnológica e, também, à criatividade. Segundo Guilherme Jorge de Rezende, “o símbolo dessa mudança foi o ‘Jornal de Vanguarda’, na TV Excelsior, a partir de 1962, dirigido pelo próprio Fernando Barbosa Lima³¹” (REZENDE: 2000; 107). Uma das grandes novidades desse telejornal foi a introdução da participação de jornalistas como produtores e de cronistas especializados como apresentadores de notícias. Entretanto, após o golpe de 1964 e a edição do Ato Institucional nº 5, o “Jornal de Vanguarda” saiu do ar por decisão da própria equipe.

Com o regime militar, os telejornais brasileiros passaram a adotar o modelo norte-americano, colocando os locutores novamente como apresentadores dos noticiários. Os telejornais continuaram com forte influência do rádio e isso atrapalhava o aproveitamento das imagens como potencial informativo já que, diferentemente do rádio, a televisão é um veículo visual e poderia explorar melhor a forma de expressão pela imagem – não somente fotográfica, mas também por meio de filmagens.

No final da década de 60, uma nova fase do telejornalismo brasileiro foi marcada pela criação do “Jornal Nacional”, na Rede Globo de Televisão, e o fim do “Repórter Esso”. Em setembro de 1969, o “Jornal Nacional” foi lançado e transmitido ao vivo para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. O objetivo da Globo era conseguir mais prestígio por meio de um noticiário e competir com o “Repórter Esso” que já tinha uma audiência cativa. Por outro lado, desde o início o “Jornal Nacional” lidava com a imagem de ser um telejornal de afinidade ideológica com o regime militar. Enquanto isso, a TV Bandeirantes de São Paulo criou, em 1970, o

³¹ Fernando Barbosa Lima foi um jornalista de televisão e publicitário que criou mais de 100 programas durante os 50 anos de carreira. Além da TV Excelsior, ele dirigiu a TVE, Manchete e Bandeirantes.

“Titulares da Notícia”, apresentado pela dupla sertaneja Tônico e Tinoco que relatava informações sobre o interior de São Paulo.

Ainda em 1970, a TV Cultura lançou o “A Hora da Notícia”, que não tinha preocupação principal com a estética e era voltado para o depoimento popular com prioridade para os problemas da comunidade. Guilherme Rezende (2000) acredita que, apesar de ter alcançado a liderança em audiência, o programa não compactuava com os interesses políticos vigentes na época e, por isso, o diretor do departamento de jornalismo da TV Cultura, Wladimir Herzog, foi assassinado como vítima da intolerância política. Entretanto, a repercussão do assassinato de Herzog motivou o presidente Geisel a se posicionar contra o abuso da tortura.

Nesse período, a TV Bandeirantes decidiu reformular, sob direção de Gabriel Romeiro, o telejornal “Os Titulares da Notícia”, passando a dar espaço para o depoimento popular e oferecendo ao repórter a chance de divulgar as notícias. Dessa forma, o noticiário ganhava mais credibilidade, já que quem transmitia as informações era alguém que estava presente na cobertura dos acontecimentos.

Na década de 70, o apuro técnico – como as câmeras portáteis de videoteipes no lugar das câmeras cinematográficas – foi um marco e a rede de televisão que mais se beneficiou foi a Globo. Em 1973 foi lançado o “Fantástico”, que está no ar até hoje e combina entretenimento com jornalismo. Esse programa representou uma mudança na programação da TV nos domingos. Segundo Sodré (2010), o “Fantástico” se encaixa no modelo de telejornal que conta com *fait-divers* – “fatos diversos”, notícias que não entram nos editoriais tradicionais, pois são apresentadas como casos excepcionais. O telejornal formula uma pauta que seleciona assuntos excepcionais a serem transmitidos no jornal. Os *fait-divers* podem ser considerados temas como amor, dinheiro, humor, recorde e ineditismo (TÁVOLA apud SODRÉ: 2010; 31).

Durante o período de maior censura no Brasil, a Globo se afastou da realidade brasileira e apostou nos programas de entretenimento. Enquanto isso, o “Jornal Nacional” era considerado superficial no tratamento dos fatos. “Quem espera conteúdo, opinião no jornalismo da televisão brasileira pode desistir que não vai ter tão cedo” (BONI apud REZENDE: 2000; 115). Porém, durante esse período de forte censura do regime militar no país, a saída encontrada pelo telejornalismo foi dinamizar a cobertura internacional. Rezende (2000) analisa que, se não podia falar de greve no Brasil, o telejornal mostrava greve em outro país. Se não podia falar de eleições, o telejornal falava de eleições em

outro país. Então assim a televisão conseguia manter a população atenta ao que estava acontecendo no Brasil.

A partir do fim da década de 70 e início da 80, a imprensa começou a obter mais liberdade e a TV Tupi criou o programa semanal “Abertura”, convidando exilados que voltavam ao país. Uma das principais atrações era Glauber Rocha, que tinha atuação engajada, opinativa. Em agosto de 1980, o programa saiu do ar por causa da falência da TV Tupi. Enquanto isso, o “Jornal Nacional” continuava dominando a popularidade de telejornais devido à estratégia de colocá-lo entre as novelas das sete e das oito, que eram os programas de maior audiência na época. “Na grade de programação das emissoras de televisão aberta, os telejornais ocupam lugares estratégicos porque constroem a experiência da vida social, vendem credibilidade e atraem recursos financeiros”. (BECKER: 2012; 51). A Globo começou a adotar uma postura mais crítica nos telejornais da noite, mas ainda não conseguia excluir a sua imagem vinculada ao governo militar.

No começo da década de 80, outros canais começaram a surgir: o Sistema Brasileiro de Televisões (SBT), do Sílvio Santos, e a Rede Manchete, do grupo Bloch. Segundo Casoy (apud REZENDE: 2000), essa mudança aconteceu porque o governo militar acreditava que a Globo exercia um grande poder político e, por isso, também tinha muita influência na população, então a monopólio dessa rede não poderia continuar.

A Manchete demarcou o público-alvo para as classes A e B, além de ousar colocar na programação duas horas de telejornalismo no horário nobre. O “Jornal da Manchete” conseguiu atingir até oito pontos do Ibope, mesclando como prioridades o comentário e a análise das notícias. Outro programa de sucesso foi o “Conexão Internacional”, cujo objetivo era entrevistar celebridades de qualquer lugar do mundo.

A campanha das Diretas-Já, movimento que exigia eleições diretas para o presidente da República após o período de ditadura, encontrou espaço no jornalismo impresso enquanto a TV continuava ignorando o grito da população. Um dia antes da votação pela Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que tinha como objetivo restaurar as eleições diretas, ocorreu a censura prévia à imprensa pelo governo federal. Para burlar a censura, “os locutores e jornalistas faziam alusão à emenda constitucional por meio das gravatas e outros adereços amarelos (cor que simbolizava as Diretas-Já) e de gestos, expressões e comentários ambíguos na apresentação de notícias” (REZENDE: 2000; 124). Entretanto, a emenda não foi aceita.

Com a morte de Tancredo Neves, que seria o presidente do país por meio da eleição indireta, foi realizada uma intensa cobertura jornalística. Então, após vinte anos

de regime militar, a Nova República se instaurava no Brasil e aparentava trazer uma imprensa livre da censura. Entretanto, durante os cinco anos de mandato do José Sarney, existiram outras maneiras de controle da expressão.

A concessão de canais de radiodifusão oferecida por Sarney surgiu em troca de apoio de deputados federais durante o seu mandato. Além disso, as emissoras de televisão também se sujeitaram às pressões do governo. Segundo Vieira, “o governo Sarney usava [a TV] para impedir que você noticiasse um lado e para noticiar massacrantemente outro lado” (VIEIRA apud REZENDE: 2000; 126).

Até 1988, o SBT era julgado como uma emissora que não conseguia oferecer jornalismo de qualidade para a população. Entretanto, em março desse mesmo ano, começou uma reformulação no formato dos telejornais, acompanhado da modernização dos equipamentos. No programa “Telejornal Brasil”, Boris Casoy tornou-se o âncora, mas fazia o seu trabalho de forma singular: além de apresentar e comentar sobre as notícias, ele também dava opinião sobre elas.

Com o êxito de Casoy no comando do “Telejornal Brasil”, surgiu a necessidade de um novo modo de fazer telejornalismo no país, voltado para o jornalista como o apresentador das notícias. Desde então, a busca pela credibilidade resultou no aumento da presença de jornalistas na apresentação dos telejornais. Em março de 1996, a Globo substituiu dois apresentadores já consagrados, Cid Moreira e Sérgio Chapelin, pelos jornalistas William Bonner e Lilian Witte Fibe. Também em 1996, a Globo criou o Globo News, que se tornou o primeiro canal exclusivamente jornalístico com 24h no ar, cujo objetivo foi juntar agilidade e aprofundamento das notícias. Enquanto a TV por assinatura crescia, as audiências das televisões abertas começaram a cair e isso também teve impacto no telejornalismo.

No final dos anos 90, Lilian Witte Fibe foi substituída pela Fátima Bernardes como apresentadora do “Jornal Nacional” ao lado de William Bonner. A linha editorial também começou a mudar, voltando-se a vida de celebridades e reportagens com forte apelo emocional. Nessa época, por exemplo, a cobertura do nascimento de Sasha, filha da Xuxa, foi duas vezes maior que a cobertura sobre a privatização da Telebras. Entretanto, o JN continuou sendo o principal porta-voz de informações para a maior parte dos brasileiros.

4.2. Análise da televisão e dos telejornais

Como indica Machado (2003), é inegável que a televisão se tornou um importante veículo de massa com forte influência na vida social da modernidade. Além disso, por meio dela “uma civilização pode exprimir a seus contemporâneos os seus próprios anseios e dúvidas, as suas crenças e descrenças, as suas inquietações, as suas descobertas e os voos de sua imaginação” (MACHADO: 2003; 11). Já para Muniz Sodré (2010), a TV não se revela como um meio tão democrático assim, pois a ideologia transmitida por ela dialoga com a classe que tem o controle do Estado. Na introdução do livro “O monopólio da fala”, o autor faz uma comparação da televisão colorida com a rede de esgoto, demonstrando a expansão desse meio: “Em 2005, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE) verificou que [...] enquanto 162,9 milhões de domicílios possuíam o aparelho, apenas 132,2 milhões contavam com esgotos em suas residências” (SODRÉ: 2010; 9).

Apesar da popularidade anteriormente destacada, a televisão não é mais a tela dominante, mas os formatos e conteúdos existentes na rede virtual têm influência das narrativas televisivas. Para os adultos norte-americanos, a televisão se mantém como a mais importante fonte de notícias (PAVLIK apud BECKER: 2012). Ainda que enfrente uma competição com os outros meios, isso não indica que a TV irá desaparecer, já que as velhas e novas mídias vivem em conjunto e têm a capacidade de se acumular e coexistir.

A competição que a TV enfrenta atualmente em relação aos outros dispositivos audiovisuais acontece porque esse meio não promove tanta interatividade quanto os seus competidores. Além disso, na internet, por exemplo, as audiências são tanto receptoras quanto produtoras de conteúdo. Sodré (2010) inclusive acredita que a televisão não se encaixa como um processo de comunicação, já que na relação entre falante e ouvinte, o último não pode responder. Ele também analisa que a transmissão, proporcionada pela TV, de uma “informação centralizada e abstrata” é mostrada como algo natural, justamente para que as pessoas não sintam necessidade de buscar informações por outros meios.

Esse controle da fala [...] não é operado por uma consciência manipuladora, mas através da própria forma instituída pelo *medium*, que elimina a relação concreta de troca comunicacional em favor de uma ordem abstrata e unívoca, regida por um código que não admite ambivalência ou transgressão. (SODRÉ: 2010; 50).

Como se sabe, um dos gêneros televisuais de maior destaque é o telejornal. Se antes acreditava-se que o público era passivo frente às notícias, hoje existe um novo modo de analisar a assimilação do conteúdo a partir de quem o assiste. Segundo Becker (2005), as “leituras” sobre o que uma pessoa vai fazer em relação a determinado noticiário vão depender das ideologias, valores e cognição dela, ou seja, variam de acordo com o contexto sociocultural e cognitivo. Dessa forma, uma notícia pode ser lida de diferentes formas pelos diferentes públicos do telejornal. Orozco (2012) analisa que a tela transmite uma produção da realidade e não uma reprodução, porque durante o processo existe a construção do objeto que vai ser representado e, por isso, esse dispositivo não deve ser visto como um refletor de eventos, mas como um mediador.

Além disso, segundo Becker (2005), o modo como a notícia vai ser transmitida ao telespectador varia conforme a interpretação jornalística dos fatos. Os acontecimentos retratados adquirem sentido quando são enunciados pelos jornalistas e, logo depois, quando são recebidos pelos telespectadores. Dessa forma, o desejo de obter a imparcialidade e a objetividade não é alcançado, porque já no processo de construção dos fatos como notícia, os profissionais colocam significado neles.

Por outro lado, os textos dos telejornais, escritos em terceira pessoa, produzem efeito de objetividade e imparcialidade por tentarem se afastar de uma voz pessoal. A comum narração em off também opera desse modo, já que parece não haver uma opinião pessoal através dela. Acredita-se também que “a credibilidade e o mito da neutralidade e da imparcialidade dão espaço para que o veículo construa a informação com certa liberdade. Assim os telejornais omitem, aumentam, diminuem e criam notícias” (BECKER: 2005; 56).

Além disso, é importante ressaltar que um telejornal não forma um discurso único, ele apenas fornece informações para o telespectador. Entretanto, essas informações não chegam totalmente ordenadas e elaboradas ao público. “É no espaço simbólico dos noticiários que [...] acompanhamos, julgamos e construímos o cotidiano da nação, sob e sobre o olhar dos âncoras, repórteres e editores” (BECKER: 2005; 48).

4.3. Inserção de jornalistas negros na televisão

Observa-se que a presença dos jornalistas negros nas emissoras de televisão com canal aberto é ínfima, enquanto os brancos dominam nas bancadas e nas reportagens. A falta de diversidade étnica no telejornalismo brasileiro torna-se um impasse na construção

de uma sociedade mais igualitária, já que os afrodescendentes não se veem nesse espaço, portanto não se sentem devidamente representados. Muniz Sodré (apud MIRANDA & SILVA: 2014) analisa que a população negra sofre a “síndrome do vampiro”: eles não enxergam a própria imagem refletida no espelho da mídia.

Segundo Zilda Martins (2011), o apagamento de afro-brasileiros na mídia acontece tanto no meio impresso quanto no televisivo. A autora exemplifica que essa invisibilização acontece logo cedo quando crianças negras veem refletidas no espelho midiático, em sua grande maioria, apenas crianças brancas e loiras. "Esse mundo imaginário é tão forte que você praticamente só existe socialmente hoje se estiver nesse espelho da televisão, nesse espelho de reconhecimento social" (SODRÉ apud MARTINS: 2011; 46-47).

Além disso, Martins (2011) observa que o núcleo familiar representado em novelas e jornais é, geralmente, composto por uma classe média alta e branca. Para os raros casos de representação de afrodescendentes na mídia, a preferência se dá por atores de pele mais claras, traços finos, ou seja, pessoas negras que se aproximam das características dos brancos³².

O pobre e o negro, assim como o índio não têm espelhos, e na mídia, eles simplesmente não existem. Não interessam, não vendem jornal e a classe média alta, [...] nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro, se pensa europeia. Já se pensava assim no século XIX (MARTINS: 2015; 280).

Através da pesquisa realizada por Claudia Acevedo e Luiz Trindade (2011), com base em 27 telejornais de canal aberto e 65 apresentadores, ficou constatado que os jornalistas afrodescendentes representam apenas 6,15% dos profissionais que atuam na televisão, já os brancos chegam a 93,85%. O SBT possuía 20% dos profissionais negros como apresentadores, enquanto a Globo ficou com 6,9%. Batista da Silva e Rosemberg (apud ACEVEDO & TRINDADE: 2011) declaram que a pessoa de pele clara é designada como o representante da espécie humana e as suas características são vistas como referências do padrão. Araújo (apud ACEVEDO & TRINDADE; 2011) salienta que a predominância de brancos nas bancadas dos telejornais é classificada como uma “hiperrepresentação racial”.

³² Anotações de aula da disciplina “Identidades negras e mídia”, da Escola de Comunicação da UFRJ, com o professor Maurício Gonçalves. 2016-2

Para escrever o livro “O negro na TV pública”, Joel Zito Araújo (2014) fez um estudo e analisou que, em 2007, a presença de jornalistas negros na TV privada era maior que na TV pública. Segundo ele, 93% dos repórteres que apareciam eram brancos, 89% dos apresentadores também eram e programas relacionados à cultura negra não compuseram nem 3%. O autor indica que, primeiramente, é preciso indagar o porquê do paradigma ariano presente até hoje pois, para ele, a TV brasileira precisa construir um paradigma da diversidade³³.

Sodré (2015) analisa o racismo midiático e constata que um dos fatores é a indiferença profissional. Segundo ele, a mídia não se interessa em abordar a discriminação racial, pois falta sensibilidade por partes dos jornalistas em relação a esse tema. Ao estudar o assunto, o autor também analisa os profissionais negros no jornalismo e indica que a presença deles é reduzida e, quando conseguem um emprego “em redações de jornais ou estações de televisão [...], são destinados a tarefas ditas ‘de cozinha’, isso é, aquelas que desempenham [...] longe da visibilidade pública” (SODRÉ: 2015; 280).

Enquanto isso, o número de jovens negros vem aumentando ao longo dos anos no curso de jornalismo em São Paulo. Segundo dados referentes ao Questionário de Avaliação Econômica da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular) em 2008, a participação dos afrodescendentes cresceu nessa área. Em 2000, a presença de alunos negros no curso de jornalismo da Fuvest era de 10,5%, mas em 2008 subiu para 21,2%. Esse dado não representa todas as universidades do país, mas torna-se inegável que, principalmente a partir da implementação e expansão da política de cotas no Brasil, a população negra tem ganhado mais espaço nas universidades. De qualquer forma, ainda que não seja o número ideal, nota-se que o aumento desses estudantes nas universidades da área de comunicação deveria vir acompanhado do aumento significativo na participação deles na televisão.

Mostra-se importante analisar ainda que, apesar de estarem ingressando na faculdade de jornalismo, os afrodescendentes também não são representados nesse meio acadêmico. A universidade deveria ter papel fundamental na quebra do racismo, mas muito pouco – ou nada – se lê a respeito das obras de estudiosos negros durante a graduação, como se eles não existissem.

³³ Ver: Ver TV debate a representação do negro na televisão. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/ver-tv-debate-a-representacao-do-negro-na-televisao>. Acesso em: 9 de outubro de 2016.

Zilda Martins analisa que a população negra ainda não está incluída nos "esquemas de poder no Brasil, quer seja político, midiático ou mesmo das instituições de saber, como as universidades" (MARTINS: 2011; 39). A autora também traz uma importante indagação: "[...] os negros deverão esperar mais outro século para obter o direito a uma participação plena na vida nacional?" (SANTOS apud MARTINS: 2011; 40).

Ainda que estejam numa posição desfavorável no mercado de trabalho, devido aos inferiores níveis de remuneração, maior índice de pobreza e baixa escolaridade (CHAIA apud ACEVEDO & TRINDADE; 2011), 44,7% dos afrodescendentes são responsáveis pela população economicamente ativa das seguintes regiões: Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, São Paulo, Recife e Distrito Federal (OLIVEIRA apud ACEVEDO & TRINDADE; 2011). Logo, eles são consumidores dos meios de comunicação e ainda não possuem a visibilidade e reconhecimento necessários por meio desses canais.

A primeira repórter afro-brasileira que apareceu nas telas de TV foi a Glória Maria. Além disso, ela também foi a primeira mulher a cobrir uma guerra, que foi a Guerra das Malvinas, na televisão brasileira. Glória estreou na profissão quando o Elevado Paulo de Frontin desabou em 1971 e precisou cobrir a reportagem. A jornalista carioca passou pelo "Bom dia Rio", "Jornal Nacional", "Jornal Hoje", "Fantástico" e atualmente trabalha no "Globo Repórter". Ela ficou conhecida principalmente por realizar matérias culturais pelo mundo afora, com o intuito de conhecer novos povos, hábitos e lugares.

Na década de 70, quando o racismo ainda não era considerado um crime, Glória foi barrada pelo gerente em um hotel de luxo ao tentar entrar pela porta da frente e se tornou a primeira pessoa a utilizar a Lei Afonso Arinos, que foi criada para proibir a discriminação racial no país. Esse episódio racista representa a prática do *Gesichtskontrolle*, palavra em alemão que significa "controle de rostos", que é "a decisão cotidiana sobre quem pode entrar em clubes, boates, restaurantes de luxo ou mesmo ser aceito para seguro de automóveis" (SODRÉ: 2015; 19).

Ao lado de Glória Maria também existem outros jornalistas negros que conquistaram espaço na TV. Entre eles está Zileide Silva, que cobriu reportagens como os ataques de 11 de setembro. Ao apresentar o "Bom Dia Brasil", Zileide tornou-se a primeira afrodescendente titular de um telejornal diário da emissora. Já no grupo dos homens, Heraldo Pereira se destaca por apresentar matérias de cunho político e ser o primeiro negro a ocupar a bancada do "Jornal Nacional" em eventos esporádicos.

Enquanto isso, Abel Neto é um dos repórteres mais queridos do jornalismo esportivo e esteve em várias coberturas de mundiais e atualmente está no “Globo Esporte”.

Um marco importante nessa questão se deu em 23 de novembro de 2002, quando o *Jornal Nacional*, principal telejornal da emissora [Rede Globo], teve pela primeira vez um apresentador negro, no caso o experiente repórter, Heraldo Pereira. Tal acontecimento pautou notícias em vários outros meios jornalísticos por se tratar de algo nunca antes presenciado naquela empresa acostumada a lançar apenas jornalistas brancos como apresentadores dos telejornais. (GRIJÓ: 2012; 54).

Joyce Ribeiro, apresentadora do SBT, acredita que a inserção de afrodescendentes no telejornalismo pode ser um outro lado do preconceito. Durante a segunda edição do “Vozes pela Igualdade”, em 2012, realizada pela Cojira, a jornalista contou que entrou na TV pela brecha do “momento politicamente correto” de colocar um profissional negro no comando de um telejornal. Sodré dialoga com a visão da apresentadora, pois ele indica que a Rede Globo, por exemplo, dá amplo espaço para uma repórter negra na televisão e que isso pode ser chamado de “*know-how* norteamericano na gestão da imagem empresarial” (SODRÉ: 2015; 280). O conceito refere-se ao ato de guardar um lugar para uma pessoa negra com o intuito de simular a existência da democracia racial.

Apesar de lutar pela inserção de novos jornalistas da mesma cor, Joyce Ribeiro acredita que até mesmo o cotidiano da profissão não se mostra preparado para isso. Por exemplo, na questão do visual, ela precisa levar maquiagem própria, pois os cuidados da imagem nas emissoras são voltados para mulheres brancas. Dessa forma, o telejornalismo continua voltado para o conceito de belo segundo o padrão social europeizante e discriminatório.

Tento mostrar para os colegas da pauta que há profissionais negros gabaritados que podem falar de determinados assuntos e podem fazer parte das matérias que estamos produzindo. Tento colocar esse olhar diariamente em vários assuntos. (RIBEIRO: 2012)³⁴

Se o homem negro enfrenta uma barreira para ser representado na televisão, a mulher negra é obrigada a enfrentar duas devido à cor e ao gênero, “por ser mulher numa sociedade sexista e negra numa sociedade racista” (PORTAL apud BARBOSA & SILVA: 2016, 12). Fernanda Aureliano e Fernando Silva (2015) realizaram uma pesquisa cujo foco foi analisar a padronização estética feminina dos principais telejornais

³⁴ Ver: Apresentadora considera que ingresso do negro na TV também pode ser por preconceito. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/12/apresentadora-negro-tv-preconceito.html>. Acesso em: 7 de setembro de 2016.

brasileiros. Eles utilizaram como objetos de pesquisa as jornalistas Renata Vasconcellos (Jornal Nacional); Adriana Araújo (Jornal da Record); Sandra Annenberg (Jornal Hoje); Paloma Tocci (Jornal da Band); Christiane Pelajo (Jornal da Globo) e Giuliana Morrone (Bom Dia Brasil). Ao fim da análise, eles concluíram que 86% são brancas, 14% se encaixariam no que eles consideram como pardas, ao passo que não existe nenhuma negra.

Se a sociedade e suas relações derivadas se baseiam em imagens cujas representações são reflexos das próprias predileções sociais, pode-se dizer que o corpo apto ao telejornalismo é aquele que já obedece a uma série de fatores pré-determinados e que fazem parte de um estereótipo social aceito pelo público (AURELIANO & SILVA: 2015; 5).

Sara Portal (2016) realizou um trabalho que estuda a representação feminina negra no telejornalismo e analisou que, enquanto os espectadores afirmam a preferência por mulheres brancas com cabelo liso na apresentação das notícias, muitos jornalistas entrevistados não assumem que existe um padrão excludente da TV, pois asseguram que os pré-requisitos são apenas “presença de vídeo e capacidade profissional” (PORTAL: 2016; 12). Num país que insiste em perpetuar o mito da democracia racial, o reconhecimento da existência do racismo incomoda. Esse resultado a respeito do racismo midiático se encaixa na modalidade de negação, estipulada por Muniz Sodré, na qual verifica-se que “a mídia tende a negar a existência do racismo” (SODRÉ: 2015; 279).

A invisibilidade dos afrodescendentes no telejornalismo brasileiro, principalmente em relação às mulheres, pode se dar por meio da dificuldade em aceitar o diferente. Nesse caso, “diferente” está relacionado ao fato de as pessoas não estarem acostumadas a ligarem suas televisões e verem jornalistas que não se enquadram no padrão europeu apresentando as notícias. Para alguns espectadores, eles podem causar desconforto e até mesmo repulsa e, por isso, podem sofrer ataques virtual e pessoalmente.

Apesar de serem a maioria no Brasil, as pessoas negras continuam sendo tratadas como “os outros”. Segundo o jornalista Rogério Ferro (2012), é necessário que a população negra também passe a tomar decisões e se torne a maioria nos contextos que envolvam poder, já que são a maioria na sociedade brasileira. Entretanto, o que se vê, por exemplo, são afrodescendentes alocados para a posição de coadjuvante na televisão, já que o papel de destaque continua nas mãos dos brancos. Há quem diga que esse quadro está melhorando, mas as modificações ocorrem a passos tão lentos que ainda não representam uma mudança social profunda.

[...] a submissão, a manutenção de um lugar concedido, a imobilidade social têm também uma função: dizer não ao diferente, ao outro que não seja branco, heterossexual, de modelo europeu, religião católica e dotado de um determinado capital econômico (MARTINS: 2015; 281).

4.4. Maju: vítima de ataques racistas na internet

Em abril de 2015, o lugar de “garota do tempo” no “Jornal Nacional” passou a ser ocupado pela Maria Júlia Coutinho, mais conhecida como Maju, primeira jornalista negra encarregada de apresentar a previsão do tempo na emissora Rede Globo. O contexto do telejornal era marcado por um período de perda de audiência e, por isso, foi necessária a reformulação do formato que aproximasse o público. Maju entrou no JN adotando espontaneidade e linguagem menos formal.

A jornalista costuma falar “oi” para os apresentadores ao invés de “boa noite”, chama Florianópolis de “Floripa” e Belo Horizonte de “BH” e, em determinados momentos, volta a previsão do tempo para algum grupo específico como, por exemplo, ao comentar “*pra* quem gostar de surfar”. Logo, Maju passou a ter o carisma e a informalidade como marcas registradas (COSTA et al: 2016). “Quando o jornalista opta pelo estilo simples baseado numa média coloquial do idioma, é o contato como leitor que está sendo buscado” (SODRÉ: 2010; 57).

Porém, no dia 2 de julho de 2015, diversos comentários racistas relacionados à Maju apareceram na página do Jornal Nacional no Facebook. Comentários como “Essa macaca é tão preta que roubou a minha TV”, “Não tenho TV colorida *pra* ficar olhando essa preta” e “Estou com catarata? Porque olhei *pra* foto e de repente tinha uma mancha preta”³⁵ apareceram na postagem da rede social. Logo depois foi criada uma campanha, pelos colegas de equipe, intitulada “Somos todos Maju” como forma de apoio e a notícia foi posteriormente transmitida por William Bonner no JN. A jornalista deu o seguinte recado em rede nacional:

Maria Júlia Coutinho: – Estava todo mundo preocupado. Muita gente imaginou que eu estaria chorando pelos corredores, mas na verdade é o seguinte, gente: eu já lido com essa questão do preconceito desde que eu me entendo por gente. [...] Eu sei dos meus direitos. Acho importante, claro, essas medidas legais serem tomadas, até para evitar novos ataques a mim e a outras pessoas. Eu acredito que isso é muito importante. E agora eu quero manifestar a felicidade que eu fiquei,

³⁵ Ver: Garota do tempo do Jornal Nacional é alvo de racismo no Facebook. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/alexandrorrico/garota-do-tempo-do-jornal-nacional-e-alvo-de-racismo-no-face?utm_term=.ykgLZYyZD#.renLVIGVA. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

porque é uma minoria que fez isso. Eu fiquei muito feliz com a manifestação de carinho mesmo, como vocês disseram. Eu recebi milhares de e-mails, de mensagens. Acho que isso que é o mais importante. [...] E, pra finalizar, Bonner e Renata, é o seguinte: os preconceituosos ladram, mas a caravana passa. É isso. (COSTA et al: 2016; 6-7).

A estratégia de noticiar esse episódio por meio de um telejornal de alto alcance foi um pequeno avanço no combate ao racismo, já que a mídia geralmente opta por ignorar a existência dele, porém é necessário analisar que a própria emissora pode estimular pensamentos preconceituosos nos espectadores. Afinal, se não vemos muitos jornalistas negros na TV, a culpa é de quem? Já que eles continuam se formando nas universidades, como foi avaliado anteriormente, mas não costumam ter o papel de âncoras fixos. Enquanto o destaque estiver quase sempre nas mãos de brancos, a exclusão de jornalistas negros continuará presente na mídia.

Após os ataques racistas e a criação da campanha “Somos todos Maju”, muitas pessoas se solidarizaram com a jornalista. Por outro lado, essa situação foi uma forte representação da denominada “indignação seletiva”. Na coluna opinativa “Sociedade” da revista Carta Capital, Djamila Ribeiro, secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, relata que as pessoas nas redes sociais ficaram surpresas com os comentários racistas sofridos pela Maju, mas já foram preconceituosas com a própria Djamila: “Lembram meninos, que vocês corriam de mim na época da festa junina dizendo categoricamente: ‘não vou dançar com a neguinha?’” (RIBEIRO: 2015)³⁶.

É irônico que a bandeira “Somos todos Maju” tenha vindo de uma emissora cujo o diretor geral de Jornalismo, Ali Kamel, escreveu um livro intitulado “Não somos racistas”. Negros continuam sendo invisibilizados e estereotipados na mídia: publicidade, jornalismo, novelas e séries comprovam isso. E as emissoras de televisão tentam esconder o racismo institucional.

Maju não é quem empunha euforicamente uma bandeira, mas quem abre mão de seus privilégios e compactua da batalha travada desde a diáspora em *terras brasilis*. Maju é Maria Júlia Coutinho, mulher negra, casada e jornalista atuante na Rede Globo desde 2005 e que, só após 10 anos, o Brasil passa a conhecer seu trabalho. Não São Todos Maju! Se São Todos Maju, teriam de ser Todos Amarildo, Rafael Vieira, Cláudia da Silva Ferreira, Joel Castro, Mães e Jovens do Cabula, entre tantos

³⁶ Ver: Brasil: onde racistas só se surpreendem com o racismo dos outros. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-todos-maju-8558.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

outros que o RACISMO mata todos os dias, seja nas bancadas do Planalto ou em outras esquinas. (ANATÓLIO: 2015)³⁷.

Segundo o portal de notícias do G1³⁸, em julho deste ano, a Justiça de São Paulo acatou a denúncia do Ministério Público contra quatro homens que viraram réus por racismo, falsidade ideológica, associação criminosa na internet, corrupção de menores e injúria. Eles foram acusados de planejar e comandar os ataques à Maju na internet, mas negaram os crimes. Os quatro podem chegar até 20 anos de prisão caso sejam condenados.

³⁷ Ver: Somos todos Maju? Disponível em: <http://www.geledes.org.br/somos-todos-maju-por-danielle-anatolio/#gs.null>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

³⁸ Ver: Justiça aceita denúncia contra quatro por ataques racistas à jornalista Maju. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/justica-aceita-denuncia-contra-quatro-por-crimes-de-racismo-contra-maju.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

5. CONCLUSÃO

Os 300 anos do sistema escravagista no Brasil deixaram marcas que perseguem a população negra até os dias de hoje. A expansão de um modelo civilizatório feita pela colonização reservou aos africanos o lugar de subalternidade, no qual eram tratados apenas como mercadorias e não como humanos. Séculos depois, a abolição da escravidão aconteceu, mas a igualdade racial não – e, inclusive, aparenta estar longe de ocorrer. A questão racial no Brasil, em especial o racismo, é um assunto que incomoda e, por isso, a escolha da maioria dos brasileiros é ignorá-lo. O tema não é debatido em escolas, universidades e até mesmo nos meios de comunicação, onde poderiam ter amplo alcance. Enquanto isso, os afrodescendentes sofrem a repressão ao mesmo tempo em que resistem a ela.

Como foi analisado ao longo do trabalho, a TV continua sendo um veículo de forte impacto social, já que é por meio dela que grande parte dos brasileiros obtém informações diárias. Dessa forma, os telejornais poderiam se relevar como importantes atores na luta contra o racismo, principalmente por possuírem credibilidade diante da população. Porém, acontece justamente o contrário: o reforço do preconceito racial, a começar pela falta de profissionais negros atuando no telejornalismo.

A questão colocada sobre o porquê da não representação da população negra nas telas dos telejornais, ainda que estatisticamente ela seja maioria, foi pensada ao longo do trabalho. Não se deve ignorar o fato de que grande parte dos afrodescendentes atualmente continua em empregos financeiramente inferiores aos dos brancos, logo muitos deles não possuem escolaridade suficiente para atuarem como jornalistas, por exemplo. Por outro lado, o sistema de cotas implementado no país deu a oportunidade que antes era negada à população negra. Dessa forma, existem afro-brasileiros se formando em jornalismo. Existem afro-brasileiros no mercado de trabalho jornalístico. Se eles não estão ocupando os lugares na TV, deduz-se que esse meio continua com o padrão de beleza europeizante. E, quando a exceção acontece e o profissional negro consegue uma ocupação de destaque no telejornal, muitas vezes esse fenômeno ocorre para simular uma falsa democracia racial brasileira. Ou seja, transmite-se a ideia de que a TV é um lugar de todos. Além disso, o fato desse jornalista causar desconforto ao ponto de sofrer ataques dos espectadores, como aconteceu com a Maria Júlia Coutinho do Jornal Nacional, revela a existência e persistência do racismo no interior da sociedade e mesmo do veículo.

Como se não bastasse a recusa de debater sobre o racismo, a TV insiste por reforçá-lo por meio de estereótipos e invisibilidade. O afro-brasileiro geralmente só aparece em noticiários em contexto de pobreza ou criminalidade. Há também o conhecido clichê de pobre e negro que conseguiu superar as dificuldades e atualmente é bem-sucedido. Porém, em histórias comuns, pessoas negras não são a primeira opção como fontes para jornalistas. Por isso, raramente afrodescendentes são entrevistados como especialistas dos assuntos ou como “personagens da vida real”. Dessa forma, a televisão transmite à sociedade a ideia de que a população negra existe enquanto pobre e criminosa, pois, caso não se encaixe nesses estereótipos, é praticamente invisibilizada nas telas. Tal tratamento contra os afrodescendentes fere a autoestima negra, pois a imagem transmitida retrata o afro-brasileiro como um ser predestinado à condição de eterna inferioridade.

Tornou-se muito comum reforçar uma imagem negativa da população negra nos telejornais, gerando até mesmo uma naturalização. Revela-se como atitude natural olhar um jovem negro e associá-lo a um bandido, sentir medo ao ficar perto e estar sempre alerta. Enquanto isso, o extermínio da população negra também se tornou naturalizado. Os afro-brasileiros são as pessoas que têm o maior número de mortes por armas de fogo no país, mas esse dado parece não chocar tanto a sociedade. Não só a sociedade como também a mídia, já que a cobertura jornalística sobre a morte de um afrodescendente não é tão amplamente divulgada e analisada quanto a morte em situação semelhante de um branco. A insensibilidade frente à morte de um afro-brasileiro mostra o quanto o país ainda está permeado pela indignação seletiva.

Com o objetivo de mudar o quadro atual, conclui-se que seria necessário, primeiramente, incluir mais profissionais negros no telejornalismo, contribuindo para a quebra de estereótipos e invisibilidade negra. Como se sabe, o racismo não está ligado à ignorância e sim à disputa de território, ocupação de espaço. Ou seja, é necessário desterritorializar e oferecer ao afrodescendente um lugar que contribua para a valorização da sua importância na sociedade. Se o Brasil foi construído principalmente por mãos africanas, o país tem o dever de exaltar a população negra, oferecendo, em todas as esferas sociais, condições de existência digna.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Cláudia; TRINDADE, Luiz Valério. *Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros*. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 22, 2011.

ARAÚJO, Joel. *A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual*. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, 2006.

ARAÚJO, Jurandir. *Violência, racismo e mídia: a juventude negra em situação de risco*. **Revista InSURgência**, Brasília. v. 1, n. 2, 2016.

AURELIANO, Fernanda; SILVA, Fernando. **A padronização estética das apresentadoras dos principais telejornais brasileiros**. In: XXXVIII Intercom, Rio de Janeiro, 2015.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

_____. *Convergência x Divergência: repensando a qualidade das notícias na TV*. **BrazilianJournalismResearch**, Rio de Janeiro. v. 8, n. 12, 2012. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/416>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARLÓN, Mario; FECHINE, Yvana. **O fim da televisão**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.

CARRANÇA, Flávio. *O combate ao racismo nos meios de comunicação*. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

COSTA, Kátia. *De quando a pluralidade revela a invisibilidade*. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

COSTA, Maryjane; LIMA, Marcelo; MOREIRA, Thayane; NÓBREGA, Zulmira. **A TV Globo e a escassa representatividade negra feminina nos seus telejornais**. In: XVIII Intercom, Caruaru, 2016.

COUTINHO, Eduardo. *A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia*. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano. (Orgs.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2014.

_____. *Os sentidos da tradição*. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

COUTINHO, Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ELHAJJI, Mohammed. *Comunicação, cultura e conflitos*: uma abordagem conceitual. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

_____. *Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais*. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, v. 13, n. 2, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972.

FERREIRA, Laura. *A contribuição da sociologia de Florestan Fernandes para a compreensão da questão racial no Brasil*. **Revista da ABPN**, v.6, n.14, 2014.

FERRO, Rogério. *O negro sem cor no telejornalismo brasileiro*. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

FRANÇA, Valter. **Onde estão os negros no telejornalismo?** Estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho. Rio de Janeiro, 2006. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREIRE, João. *Mídia, estereótipo e representação das minorias*. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. Recife: Global Editora, 2003.

GUIMARÃES, Antônio. *Democracia racial*. **Cadernos Penesb**, Niterói, v. 3, n.3, 2002.

_____. *Depois da democracia racial*. **Tempo Social**, v. 18, n.2, 2006.

GRIJÓ, Wesley. *Que negro é esse na cultura da mídia?* Uma análise a partir do contexto gaúcho. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, 2012.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3.ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MARTINS, Zilda. **Ações afirmativas e cotas na mídia**: a construção de fronteiras simbólicas. Rio de Janeiro, 2011, Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. **Cotas raciais**: para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura. Rio de Janeiro, 2015, Tese (Doutorado em Comunicação

Social/Jornalismo). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MATTOS, Sérgio Augusto. **Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história**. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda, 1990.

MELLO, Jaciara. **Telejornalismo no Brasil**. In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-mello-telejornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

MIGUEL, Luís Felipe. *Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 20, n. 39, 2000.

MIRANDA, Giovani; SILVA, Millena. *A identidade do negro e a questão das cotas raciais na mídia brasileira e na mídia local*. **Leituras do Jornalismo**, São Paulo. v. 1, n.1, 2014.

MORONI, Alyohha; FILHA, Elza. **Estereótipos no telejornalismo brasileiro: identificação e reforço**. In: XXXI Intercom, Natal, 2008.

NASCIMENTO, Luciana. **Três corpos negros**. In: I Seminário de Ciências Sociais e Educação Básica: O sentido da Ciências Sociais na Educação Básica, 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PORTAL, Sara. **A cor da mídia televisiva: A (in) visibilidade da jornalista negra na televisão paraense**. In: XVIII Intercom, Goiânia, 2016.

PAIVA, Raquel. *Mídia e política de minorias*. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

QUIRINO, Kelly. **Juventude Negra e Violência como valores-notícias no jornalismo: Como o mito da democracia racial invisibiliza a morte de jovens negros**. In: XVI Intercom, Águas Claras, 2014.

REZENDE, Guilherme. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

RUFINO, Joel. **O que é racismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SANTOS, Cristiano. *Representações sociais de pobres e comunidades da cidade do Rio de Janeiro na TV*. In: PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano. (Orgs.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

_____. **Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. *Por um conceito de minoria*. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

SOUZA, Florentina. **Fernando Barbosa Lima**: Bons tempos do telejornalismo brasileiro. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, 2009.

SOUZA, Rebeca Karen; YADE, Juliana; ROCHA, Marcelo. **A (in) visibilidade da população negra na mídia televisiva brasileira**. In: XXXVIII Intercom, Rio de Janeiro, 2015.

Websites

GLOBO.COM. Disponível em: <http://gloriamaria.globo.com/>. Acesso em: 7 de setembro de 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-televisao-segundo-fernando-barbosa-lima/>. Acesso em: 8 de outubro de 2016.

O GLOBO. Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/jornalistas.html>. Acesso em: 7 de setembro de 2016.

PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40530>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.